



CDH

Conselho de Direitos Humanos

TEMA:

Guerra civil na Síria em 2016: A violação sistemática dos direitos humanos e soberania do povo sírio.



VII ONU
COLEGIAL

Sumário

1. Carta de apresentação.....	2
2. Sobre a simulação.....	4
3. Sobre a ONU.....	6
4. Sobre o comitê.....	9
5. Conceitos e Termos.....	12
6. Histórico do tema.....	20
7. Definição do problema.....	47
8. Posicionamento do jornal.....	50
9. Panorama dos países.....	51
10. Considerações Finais.....	84
11. Referências.....	85

1. Carta de apresentação

Prezados delegados,

É com muita estima que nós, comissão organizadora, damos as boas-vindas aos membros do Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Reconhecemos naqueles que participam do projeto uma grande ambição, além de esforço e de potencial. Esperamos que nesse ano de 2024, tenhamos embates acalorados, diversão e um profundo debate acerca da temática. O projeto da ONU colegial é um ambiente livre que promove o aprendizado e a autonomia dos que participam, dessa forma esperamos que cada um de vocês se empenhe para tornar o ambiente do comitê um espaço de acolhimento e respeito mútuo.

Composta pelas mesas diretoras Cléo, Thay, Sofia e o conselheiro Matheus Cunha, a comissão do CDH concebeu este guia de estudos com o extrato sobre a guerra da Síria visando facilitar a jornada dos delegados desse comitê, porém reiteramos o caráter introdutório deste documento ao tema, assim, os delegados devem se aprofundar no conteúdo em questão.

O conflito obteve projeção internacional pelo seu caráter urgente, humanitário e multipolar, entrelaçando culturas e costumes, muitas vezes antagônicos, de vários povos pertencentes ao Oriente Médio. Nesse sentido, o enfoque proposto por esse comitê exige dos senhores que tracem um fio de esperança no meio do tortuoso cenário presente em nome daqueles mais afetados e silenciados pela guerra, os civis.

Dessa forma, as delegações do Conselho de Direitos Humanos deverão enfrentar os obstáculos que esse cenário impõe com as melhores ferramentas diplomáticas, além de toda a capacidade de oratória, escrita e argumentação dos senhores, para atingir uma atmosfera de cooperação, apaziguamento e prosperidade.

Nos colocamos à disposição durante esse percurso para auxiliar quanto a quaisquer dúvidas que surjam e desejamos a todos um proveitoso e excelente debate.

Cordialmente,

Cléo Nascimento, Matheus Cunha, Sofia Pato e Thayanne Oliveira

2. Sobre a simulação

A simulação da Organização das Nações Unidas fomenta um desenvolvimento plural e ultrapassa a esfera acadêmica ao contribuir na formação interdisciplinar dos participantes. De maneira ampla e múltipla, o protagonismo estudantil é fortalecido, em conjunto com o estudo geopolítico, o debate humanitário e a consolidação da criticidade. Assim, essa experiência contribui para uma significativa expansão dos horizontes de aprendizagem, ajudando o aluno a ter uma postura de cidadão global frente aos desafios contemporâneos.

A partir desses fundamentos, a ONU Colegial – simulação das Nações Unidas do Colégio Antônio Vieira (Salvador – BA) - busca, desde 2018, proporcionar para os vieirenses o senso de comunidade e a aprendizagem sobre temáticas de escala global. Neste ano, nossa expectativa é promover uma discussão frutífera em um espaço seguro, com a construção de habilidades ímpares e a composição de medidas resolutivas para obstáculos que ultrapassam as fronteiras nacionais.

Partindo do caráter interpessoal do processo, vale ressaltar que o projeto também ocorre em uma significativa parcela das escolas pertencentes a Rede Jesuíta de Educação. Outrossim, a cada dois anos, é realizado um encontro entre as instituições de ensino da RJE de todo o Brasil para realização de uma simulação caracterizada pelo intercâmbio, pluralidade e inovação. Esse ano, a III ONU Intercolegial foi sediada pelo Colégio Antônio Vieira e, indubitavelmente, fortaleceu nossa ONU Colegial com o fluxo cultural, o senso de comunidade e a dinâmica colaborativa.

Ademais, a ONU Colegial possui uma dedicada e consolidada rede de apoio que busca construir a melhor experiência para os membros do projeto – seja staff, imprensa ou delegado – e da comunidade vieirense. Dessa forma, a Comissão Organizadora da sétima edição - formada pelos ex-alunos e alunos do CAV - deseja construir cada etapa dessa trajetória de maneira única e acurada. O valioso processo preparatório é o primeiro passo dessa caminhada, marcado pelo carinhoso acompanhamento dos

comitês que, gradualmente, se tornam um ambiente acolhedor e culminam em quatro dias de intenso debate e cooperação.

Em 2024, a VII ONU Colegial conta com seis comitês (incluindo históricos, nacional e um inédito com delegações em dupla), seis jornais e um aplicado apoio logístico de staffs. Estamos muito contentes com o interesse e empenho dedicados ao projeto e desejamos que todos os envolvidos aproveitem o evento e, ao final da trajetória, possam buscar na memória novos conhecimentos, competências e recordações afetuosas marcadas por vínculos de companheirismo.

Esperamos que tenham uma vivência única e contem sempre com nosso apoio!

Atenciosamente,

Bernardo Palma e Iasmin Teixeira

Secretários-gerais da VII ONU Colegial

3. Sobre a ONU



A Organização das Nações Unidas (ONU), ou simplesmente Nações Unidas (NU), é uma organização internacional cujo objetivo declarado é facilitar a cooperação em matéria de direito internacional, segurança internacional, desenvolvimento econômico, progresso social, Direitos Humanos e a realização da paz mundial.

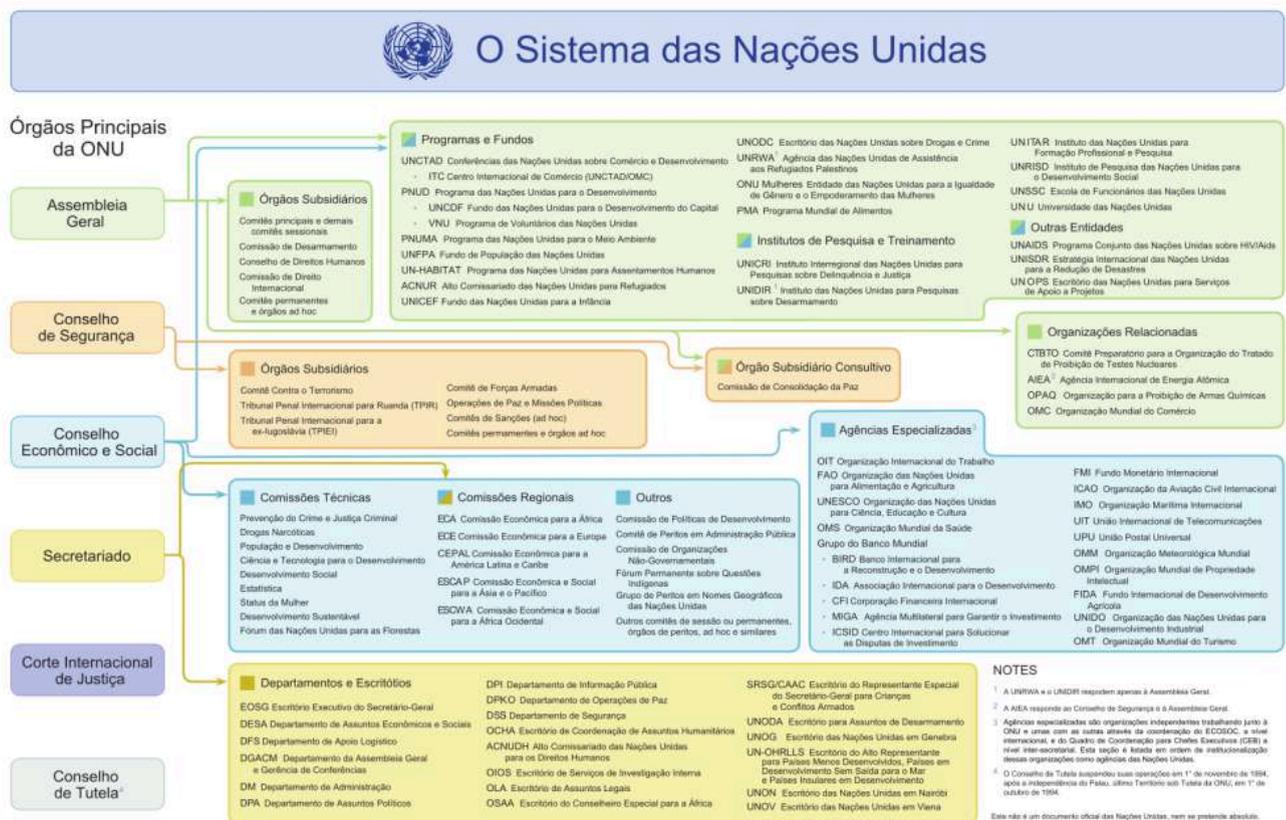
A ONU foi fundada em 1945, após a Segunda Guerra Mundial, para substituir a Liga das Nações, com o objetivo de deter a guerra entre países e fornecer uma plataforma para o diálogo. Ela contém várias organizações subsidiárias para realizar suas missões. Existem, atualmente, 193 países-membros, incluindo quase todos os Estados soberanos do mundo.

De seus escritórios em todo o mundo, a ONU e suas agências especializadas decidem sobre questões específicas ou administrativas em reuniões regulares ao longo do ano.

A figura mais destacada da ONU é o secretário-geral, cargo ocupado desde 2017 por António Guterres, de origem portuguesa. A organização é financiada por contribuições fixas e voluntárias dos Estados-membros, além de possuir seis línguas oficiais: árabe, chinês, inglês, francês, russo e espanhol.

A organização está dividida em instâncias administrativas, marcadamente pelos seus seis órgãos principais: Assembleia Geral

(AGNU), Conselho de Segurança (CSNU), Conselho Econômico e Social (ECOSOC), Conselho de Tutela, Corte Internacional de Justiça (CIJ) e Secretariado. Ademais, cada órgão ramifica-se em outros órgãos subsidiários, que compreendem fundos, programas e agências especializadas, cada um dos quais com a sua própria área de trabalho, liderança e orçamento, fomentando o sistema das Nações Unidas.



<https://infoonu.wordpress.com/2012/11/12/programas-fundos-e-agencias-especializadas/>

A ONU coordena o seu trabalho com estas entidades distintas do sistema da ONU, que cooperam com a Organização para ajudá-la a atingir os seus objetivos.

Além de seus órgãos próprios, a ONU conta com a colaboração de organismos regionais, como previsto no art. 52 Capítulo VIII da Carta das Nações Unidas, sendo a Organização dos Estados Americanos (OEA), a União Europeia (UE) e a União Africana (UA) alguns dos exemplos:

Artigo 52:

- 1. Nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de organismos regionais, destinados a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou entidades regionais e suas atividades sejam compatíveis com os propósitos e princípios das Nações Unidas.*
- 2. Os membros das Nações Unidas, que forem parte em tais acordos ou que constituírem tais entidades, empregarão todos os esforços para chegar a uma solução pacífica das controvérsias locais por meio desses acordos e entidades regionais, antes de submetê-las ao Conselho de Segurança.*
- 3. O Conselho de Segurança estimulará o desenvolvimento da solução pacífica de controvérsias locais mediante os referidos acordos ou entidades regionais, por iniciativa dos Estados interessados ou a instância do próprio Conselho de Segurança.*

4. Sobre o comitê

4.1. Introdução

O Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas foi criado em 2006, por resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas, com o principal objetivo de monitorar e sinalizar violações pontuais e sistêmicas dos Direitos Humanos nos países membros da organização. Para efetuar tal tarefa o conselho dispõe de algumas ferramentas e órgãos subsidiários, criados na resolução 5/1, dentre eles:

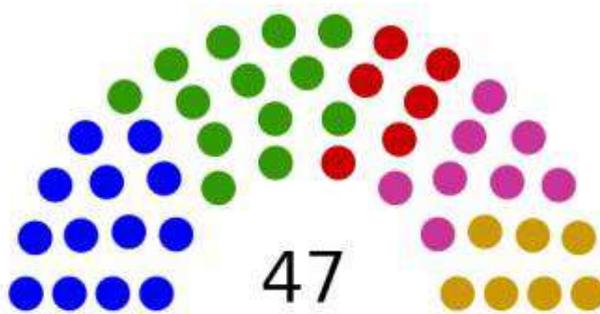
- **A Revisão Periódica Universal (UPR, sigla em inglês)**, realizada a cada 4 anos e meio, consiste em um procedimento de ampla análise da situação de direitos humanos dos países integrantes das Nações Unidas. A revisão emite não só pontuações quanto a situações preocupantes, mas também avanços notados em relação à revisão anterior, permite que os países declarem avanços realizados e enviem uma extensa lista de recomendações, feitas por organizações e países, que os membros da revisão julgam válidas. Até a presente data, todos os 193 países integrantes da ONU já passaram por ao menos 3 revisões.
- **Procedimento especial**: trata-se da escolha pelo conselho de 5 indivíduos, entre enviados especiais, experts independentes ou grupos de trabalho. O mandato pode ter dois escopos, podendo ser temático, abordando a situação de saúde, educação e discriminação em determinado país, ou específico de um país, observando e relatando situações particulares encontradas, por exemplo, a utilização de armas químicas na guerra Irã-Iraque ou a situação geral dos iemenitas. Esses enviados escolhidos reportam seus achados para o Conselho de Direitos Humanos e Assembleia Geral ao menos uma vez ao ano, sendo por muitas vezes uma das poucas

fontes e alertas confiáveis sobre os Direitos Humanos em determinado local.

- **Comitê Consultivo** é composto por 18 membros eleitos pelo CDH anualmente com mandatos de 3 anos intercalados de forma a possibilitar a eleição anual. Seu principal papel é, como sugerido pelo nome, dar amparo técnico e acadêmico a discussões que estejam em andamento no Conselho, propiciando uma discussão mais ampla e completa.

4.2. Estrutura

O Conselho possui 47 membros que possuem mandatos de 3 anos, intercalados de forma a anualmente ocorrer renovação do órgão, podendo servir no máximo dois mandatos consecutivos. A eleição acontece por voto secreto na Assembleia-geral seguindo a seguinte distribuição de vagas:



(Em azul, Estados africanos [13]; em verde, Estados da Ásia e do Pacífico [13]; em vermelho, Europa Ocidental (6); em rosa, Estados da América

Latina e do Caribe [8]; em amarelo, Estados da Europa Oriental e Outros [7])

Levando-se em conta o ano em que o comitê se passará, 2016, os membros do Conselho de Direitos Humanos, e, portanto, aqueles que podem votar em questões substanciais, são: Rússia, China, UK, França, Arábia Saudita, Alemanha, Bélgica, Qatar, Emirados Árabes Unidos, Índia, Venezuela, África do Sul, México e Bangladesh, Holanda e Argélia.

No entanto, buscando uma discussão mais rica e que contemple de forma mais completa os lados envolvidos na Guerra Civil da Síria, teremos delegações convidadas, que poderão falar e votar em questões procedimentais da mesma forma que membros, mas não poderão votar em questões substanciais, como projetos de resolução e emendas. São as delegações convidadas: Síria, Estados Unidos, Iraque, Irã, Turquia, Israel, Líbano e Bahrein.

5. Conceitos e Termos

5.1. Conceitos e Termos Gerais

5.1.1. Soberania Nacional

O conceito utilizado atualmente surge durante a Paz de Vestfália, considerada um marco relevante para o estudo das relações internacionais. Anteriormente ao tratado, o termo fora concebido na modernidade para justificar a concentração de poderes em torno do monarca. Basicamente, a noção de soberania compreende-se como a identidade de um Estado no direito internacional, podendo ser compreendida como atributo constitutivo do estado de ordem jurídica externa e interna.

Em seu âmbito externo, “do cenário internacional”, estabeleceu-se, para fins de evitar novos conflitos - dado o contexto pós-Guerra dos Trinta Anos -, a celebração da equidade entre diferentes estados, independente de dissemelhanças econômicas, territoriais, militares ou político-organizacionais. Desse modo, reconhecida pelo Artº. 2.1. da Carta das Nações Unidas, a consagração da soberania infere em múltiplas representações de independências estatais, igualitárias; não admitindo, portanto, nenhuma manifestação de poder acima da ordem soberana.

Ademais, internamente, a soberania manifesta-se a partir da relação de exercício de poder sob os domínios estatais. Haja vista a definição de Miguel Reale: “[...] Poder de organizar- se juridicamente e de fazer valer dentro de seu território a universalidade de suas decisões nos limites dos fins éticos de convivência” (REALE, 1960, 127), a nação soberana possui autonomia sobre a tomada de decisões relativas ao seu território e população.

Comumente, a afirmação do direito inerente de um Estado em exercer seu poder é utilizado para defender atitudes e posicionamentos contrários, por vezes, à ordem internacional. O Artº. 2.7. da Carta das Nações Unidas explicita a não autorização da intervenção externa sobre assuntos que dependam da jurisprudência interna dos Estados-nação.

Cabe ao Conselho de Segurança (como consta no Artº. 39 do mesmo documento) definir as medidas coercitivas cabíveis para o restabelecimento e manutenção da paz e segurança internacional, em casos de atos de agressão e ameaça à paz.

Por fim, diante disso, faz-se valer o exercício da diplomacia para manejar os interesses internacionais em prol da preservação da paz e do respeito às nações soberanas. Para tanto, revela-se, assim, a importância do Direito para estabelecer as regras de operação do poder. Nesse sentido, cabe salientar o respeito à soberania alheia como condição para soberania estatal efetiva.

5.1.2. Crimes de Guerra

A noção de crimes de guerra em sua forma atual nasceu no fim do século XIX e início do século XX, sob o escopo do que hoje é conhecido como Direito de guerra (the law of armed conflict, em inglês). Nas convenções de Haia de 1899 e 1907 houve o enfoque nas ações e estratégias de guerra proibidas aos agentes envolvidos no conflito. Em contraponto, a convenção de Genebra de 1864, as quatro Convenções de Genebra de 1949 e seus dois protocolos adicionais de 1977, possuem um maior enfoque na proteção dos não envolvidos e dos não mais envolvidos no conflito.

Observando essas convenções e suas determinações, o Estatuto de Roma, tratado que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional (TPI), define em seu artigo 8 crimes de guerra como: “Violações graves das Convenções de Genebra de 12 de agosto de 1949 [...]”. São consideradas graves violações às convenções de genebra, por exemplo, qualquer um dos seguintes atos contra pessoas protegidas pelas convenções: Homicídio doloso, Tortura e tratamento desumano, deportações ilegais e privar de um julgamento justo e imparcial. Atos como: Intencionalmente atacar estruturas civis, uso de armas químicas e biológicas e uso de armas que cause danos indiscriminadamente e/ou sofrimento desnecessário,

também são considerados crimes de guerra. Tais determinações são aplicáveis tanto para conflitos internacionais como não internacionais.

Por fim, em contraste com os crimes contra humanidade e genocídio, os crimes de guerra podem ser cometidos contra uma diversidade de vítimas, desde civis, passando por prisioneiros de guerra até combatentes feridos ou doentes. Dada essa característica, atos tipificados como crime de guerra são numerosos, e por isso a mesa sugere fortemente que os participantes do comitê leiam o artigo 8 do Estatuto de Roma, tendo em vista que ele compila um grande número de crimes de guerra e possui uma fácil leitura.

5.1.3. Direito Internacional Humanitário

O Direito Internacional Humanitário se assemelha muito aos Direitos Humanos convencionais, ambos são aplicados em conflitos armados, no entanto, em situações emergenciais é possível sustar temporariamente os Direitos Humanos segundo a cartilha internacional, mas o DIH não pode ser suspenso, salvo uma única exceção. Como consta no artigo 5º da quarta convenção de Genebra, o DIH é somente interrompido em caso de um Estado identificar que uma pessoa protegida é definitivamente suspeita ou envolvida em atividades hostis à segurança do Estado, tal pessoa não terá o direito a se comunicar livremente, porém deve ter seus direitos mais fundamentais como a vida, julgamento justo e não submissão a tortura inteiramente preservados.

De maneira geral, o DIH promulga:

- A proteção às pessoas que não participam no combate, os civis, bem como aqueles que foram feridos, naufragaram, que estão doentes ou que foram feitos prisioneiros de guerra;
- Que as pessoas protegidas não devem ser atacadas, sofrerem maus-tratos físicos ou tratamentos degradantes;
- Os feridos e doentes devem ser recolhidos e tratados;

- Aos indivíduos que foram feitos prisioneiros ou que forem detidos, devem ser assegurados a provisão de alimentação adequada, abrigo e garantias jurídicas;
- Determinados locais e objetos, tais como hospitais e ambulâncias estão igualmente protegidos e não devem ser atacados.

5.1.4. Terrorismo

Terrorismo é um dos conceitos mais ambíguos, dicotômicos e repleto de controvérsias da atualidade. A falta de uma definição geral pode causar diversos problemas nos esforços e na efetivação da criação de leis contra o terrorismo, já que os Estados têm que seguir as regras dos direitos internacionais e as obrigações dos direitos humanos. Porém, de acordo com a Declaração de Medidas para Eliminar o Terrorismo Internacional, da Organização das Nações Unidas, o terrorismo é um conjunto de atos criminosos e tendenciosos calculados para provocar um estado de terror na população em geral, em um grupo de pessoas ou em pessoas específicas por motivações políticas, ideológicas, étnicas, religiosas ou de qualquer outra natureza que possam ser invocadas para justificá-los. Além disso, segundo tal definição, destacam-se três motivações principais: o desejo de intimidar a população; o desejo de criar uma atmosfera de terror e o desejo de compelir um governo ou organização internacional a realizar, ou se abster de promover algum ato.

5.1.5. Corte Internacional de Justiça (CIJ)

A Corte Internacional de Justiça foi criada em 1945, ao mesmo tempo que o CSNU, sendo, portanto, um dos mais antigos e importantes órgãos da ONU. A corte é o principal órgão judicial da Organização das Nações Unidas, conforme artigo 92 da Carta das Nações Unidas e tem seus poderes, responsabilidades e limites delimitados na Carta das Nações Unidas.

A CIJ tem caráter vinculante, conforme o artigo 94, o que torna o

cumprimento de suas decisões obrigatório a todos os Estados-membros da ONU. O órgão tem competência apenas para julgar ação dos Estados, não tendo jurisdição sobre indivíduos que não estejam representando sua nação. Como as nações unidas não dispõem de uma força coercitiva própria, a corte por diversas vezes depende do CSNU para que uma decisão seja cumprida na prática.

Vale ressaltar os contrapontos entre CIJ e TPI, sendo o primeiro reconhecido por todos os países membros da ONU e tendo jurisdição sobre países, enquanto o segundo julga pessoas e não é necessariamente reconhecido por um país membro da ONU.

5.1.6 Tribunal Penal Internacional (TPI)

O Tribunal Penal Internacional (TPI) é um órgão internacional fundado pelo Estatuto de Roma. Ele surgiu sob a ideia da necessidade de se ter um tribunal penal internacional permanente, substituindo os tribunais ad hoc, como o de Ruanda e da Iugoslávia, criados pelo CSNU para situações específicas. O tribunal tem por principal objetivo julgar indivíduos acusados de terem cometido um ou mais dos seguintes crimes: Genocídio, Crimes contra humanidade, Atos de agressão e Crimes de Guerra.

É importante salientar que o Tribunal Penal Internacional, embora tenha tido auxílio da ONU em sua elaboração e implementação, além de ocasionais cooperações com as Nações Unidas, não faz parte da organização, o que implica a não obrigatoriedade de reconhecimento da legitimidade do tribunal por parte dos países membros da ONU.

5.1.7 Convenções de Genebra e seus protocolos

As convenções de Genebra são quatro tratados internacionais que constituem o cerne do Direito internacional humanitário. Firmados em 1949, buscam unificar, sedimentar e atualizar tratados antigos, como o tratado de Haia de 1907 e as convenções anteriores de Genebra, que tinham um objetivo em comum, impor limites e regras ao que se pode ou não fazer em uma guerra, seja ela internacional ou não. Dentre as principais limitações e proteções impostas pelas convenções estão a proteção daqueles que não fazem parte da guerra: civis, médicos e voluntários e dos que não mais participam dela: soldados rendidos, feridos e prisioneiros de guerra.

Vale ressaltar que as convenções de Genebra foram ratificadas por todos os Estados, o que significa que todas as nações são obrigadas a atuar em conformidade com elas. No entanto, os protocolos adicionais, que se referem a proteções adicionais a civis em conflitos internacionais e não internacionais, não foram ratificados por alguns países, como Estados Unidos e Irã.

Para os delegados interessados ou que não possuem familiaridade com as convenções, no site da cruz vermelha é possível achar uma explicação, em português, mais detalhada sobre as convenções e os protocolos adicionais,

5.2. Conceitos Específicos

5.2.1. Liga Árabe

A Liga Árabe foi criada em outubro de 1945 com o objetivo principal de canalizar o movimento pan-arábico, buscando fortalecer as relações econômicas e culturais do povo árabe e também servindo de meio para mediação, seja de conflito entre países membros, seja com países de fora do grupo.

A liga mostrou-se de grande importância para o balanço de forças regionais na primeira guerra do golfo, quando a organização lastreou uma resposta unificada na região e atuou na amenização das diferenças entre os membros. Mais recentemente, com a primavera árabe em 2010, a organização dado as diferentes revoltas e protestos acontecendo nos países árabes acabou por suspender a Líbia por sua resposta violenta aos protestos e a Síria, que apesar de diversas tratativas e acordos, não foi possível conter a escalada, levando a suspensão do país.

5.2.2 Partido Ba'ath

O Partido Nacionalista Árabe Ba'ath (renascimento, em árabe) é um partido político fundado em 1943 por Michel Aflaq e Salah al-Din Bitar em Damasco que tem como principal pilar o pan arabismo, sendo uma maior unidade dos países árabes um dos principais nortes do partido. A luta contra o imperialismo e o colonialismo também é ponto central do posicionamento ideológico do partido. O partido está presente em diversos países como Iêmen e Líbano, e já foi parte importante em outros países, como o Iraque, mas atualmente encontra-se banido nesses.

Quanto à sua atuação na Síria, ele se encontra no governo do país desde o golpe de 1963 até o marco temporal do comitê, sendo seu atual líder Bashar al-Assad. A primavera árabe e a própria guerra civil o ameaçaram, como a guerra do Iraque de 2003 ameaçou a porção iraquiana do partido, mas ao contrário da sua contraparte iraquiana, a parte síria do partido resiste até o momento.

5.2.3. OPCW (Organização para proibição de armas químicas)

A organização surgiu em conjunto com a efetivação da convenção sobre armas químicas, em 1997, acordo esse que contou com a maioria dos países sendo signatários em 2016, incluindo a Síria. A missão da organização, portanto, é monitorar a implementação e aplicação dos parâmetros e ações preconizadas na convenção, sendo essas ações realizadas através de visitas e inspeções técnicas e feitura de relatórios sobre a situação e evolução das ações tomadas pelos Estados. Necessário ressaltar que tal processo é integralmente feito com constante comunicação com o governo do país que está sendo avaliado.

6. Histórico do tema

6.1. A conturbada década de 60 e a ascensão da família Assad

Na década de 1960, a Síria passava por profundos processos de mudança e reorganização social, em decorrência de diversos golpes de Estado e mudanças de linha ideológica à frente do governo. Em 1963 ocorreu um golpe de Estado, também chamado de revolução de 8 de março, capitaneado pela ala militar do partido árabe socialista Baath e com apoio de parcela considerável da população. Eles foram motivados devido a situação econômica instável do país, um sentimento generalizado de revolta com a elite a frente do país, que por dominar o setor agrário da Síria, detinha boa parte da riqueza e insatisfação no campo internacional tanto com as fronteiras artificiais impostas pela França na independência, como com a criação do Estado de Israel. Após a realização do golpe, o partido instaurou um regime totalitário, levando a um amplo controle dos aspectos sociais e econômicos da sociedade síria, através, por exemplo, do exército, polícia secreta e do serviço de inteligência, o Mukhabarat.

Em 1965, apesar da oposição política ao partido Baath ter sido suprimida, diferentes alas do partido possuíam posicionamentos ideológicos distintos e, por vezes, opostos, podendo as alas serem divididas entre a velha guarda do partido, o comando nacional, e o comitê militar em conjunto com o comando regional. Até que em 1966, com um cenário de economia em deterioração, perda da credibilidade por parte do líder do país e uma tentativa fracassada anterior de tomada de poder, o comitê militar e comando regional conseguem com sucesso depor a velha guarda do partido e tomar o controle do país, levando Salah al-Jadid ao poder. Vale ressaltar que, ao contrário do golpe de 1963 que ocorreu sem maiores enfrentamentos bélicos, o golpe de 1966 foi marcado por fervorosa oposição por parte do governo.

De 1966 a 1970 o governo de Jadid enfrentou diversas fontes de instabilidade tanto internas, quanto, e principalmente, externas. Já em

1967, com pouco mais de um ano de governo, a guerra dos 6 dias contra Israel deixaria profundas marcas no governo, sendo a maior delas a perda das colinas de Golã para Israel, e em especial, em Hafez al-Assad, então ministro da defesa e futuro presidente do país. E em 1970, com Hafez já possuindo grande influência política e militar e em constantes atritos com Salah al-Jadid, ocorreu o que levaria Assad a efetuar um golpe de Estado naquele ano, a participação síria na crise do Setembro Negro. Em setembro de 1970, a Jordânia entrava em um conflito com a Organização para Libertação da Palestina (OLP), e Jadid como possuía a causa palestina como cerne de sua política externa, decidiu auxiliar militarmente a OLP, porém, o então ministro da defesa e comandante da força aérea, Hafez al-Assad, se opunha à intervenção e obrigou a força aérea síria a não atuar na intervenção. Com isso, a força síria de intervenção foi severamente comprometida, levando a um fracasso da operação, que foi imputado a Salah al-Jadid e fracasso esse que Assad se aproveitou para em 30 de outubro de 1970 efetuar um golpe sem derramamento de sangue contra Jadid.



(Legenda: Ao centro, Hafez al-Assad, que tomou o poder em 1970)

6.2. O início do governo de Hafez al-Assad

Após a realização do golpe de Estado, Hafez ainda enfrentou considerável oposição da ala do partido que apoiava o ex governante Salah al-Jadid, levando ele a realizar em 1971 um expurgo contra seus opositores dentro do partido, promovendo julgamentos midiáticos contra antigas lideranças, incluindo o fundador do partido, Michel Aflaq, além de promover prisões, tortura e execuções desses opositores. Nesse sentido, a tônica posta nesse primeiro ano após o golpe de Estado acompanharia o governo por todo seu mandato, com repressão a opositores políticos sendo uma constante. Desses episódios destaca-se o massacre de Hama, ocorrido em 1982, no qual as forças do governo impuseram um cerco absoluto à cidade de Hama com objetivo de sufocar uma revolta da Irmandade Muçulmana que vinha ganhando força. Após estabelecido o cerco, sucedeu-se um verdadeiro banho de sangue, no qual tropas e tanques entraram na cidade, deixando ao menos 20 mil pessoas mortas em cerca de 3 semanas e pondo um fim a revolta da irmandade muçulmana.



(Legenda: Parte destruída da cidade de Hama após o massacre)

Ainda no campo político, após ascender ao poder, Assad, membro do grupo étnico alauita que compunha cerca de 10% da população síria, alocou diversos alauitas em posições-chave do governo, obtendo a lealdade deles, uma vez que nessas posições estariam mais protegidos de grupos sunitas extremistas. Além disso, forneceu subsídios e apoios financeiros para os alauitas rurais e numerosas ofertas de emprego para os alauitas urbanos, fortalecendo ainda mais a confiança e dependência entre eles e Assad.

No campo da política internacional, Hafez al-Assad buscou reverter o afastamento da Síria em relação à União Soviética, promovida por seu antecessor. Tal mudança rendeu frutos, com a URSS tornando-se a maior provedora de armamento bélico à Síria ao longo do governo de Assad. Além disso, no plano do oriente médio, por ter o pan-arabismo como preceito fundamental, buscou uma maior integração entre os países árabes, tanto político economicamente quanto militarmente, valendo-se da liga árabe para tal. Na luz dessa maior união entre os países árabes, Hafez em conjunto com o Egito, arquitetou e efetuou um ataque a Israel em outubro de 1973, que daria início a guerra do Yom Kippur e em 1976 enviou destacamentos militares para auxiliar o governo libanês na guerra civil da Líbia e garantiu a presença permanente deles por meio da missão de *peacekeeping* da Liga Árabe. Ambos esses conflitos marcaram profundamente o governo e moldaram a política interna e externa da Síria por décadas.

6.3. Crises da década de 90 e morte de Hafez al-Assad

A década de 1990 na Síria foi marcada por diversos acontecimentos importantes, principalmente no âmbito internacional. Entre eles, a Guerra do Golfo, tendo seu início a partir da invasão do Kuwait pelo Iraque em 2 de agosto de 1990. Nesse contexto, a Síria, como muitos países, condenou a invasão do Kuwait. Assim, mais de 20 mil soldados sírios fizeram parte da coalizão autorizada pelas Nações Unidas, por meio da resolução 678, para a libertação do país invadido. Além da Síria, o Egito e o Omã também

foram países árabes que se posicionaram contra a investida do Iraque liderado pelo Saddam Hussein contra o Kuwait. Essa guerra teve seu fim em fevereiro de 1991 e atraiu investimentos vindos do Kuwait e Arábia Saudita para a Síria.

Em outubro de 1991, a conferência de Madri também foi um grande acontecimento para a geopolítica internacional. Sendo apoiada tanto pela União Soviética quanto pelos Estados Unidos, a conferência de Madri se propôs a mitigar o conflito entre Israel e as nações árabes através da diplomacia e uma série de acordos bilaterais e multilaterais. Reuniu representantes de países como: Israel, Síria, Líbano, Egito, Jordânia e Palestina, sem a presença da OLP. Pela primeira vez, todas as partes envolvidas no conflito árabe-israelense se reuniram para realizar negociações diretas, o que foi um evento sem precedentes históricos. Para a Síria, especificamente, não trouxe muitos avanços diplomáticos significativos além de iniciar discussões sobre o retorno das Colinas Golã ocupadas por Israel e um possível acordo de paz entre os dois países, porém, na prática, o diálogo obteve pouco sucesso e Hafez manteve sua posição de que não seria possível assinar qualquer tratado de paz até que os territórios sírios fossem devolvidos.

Externa e internamente, apesar dos acontecimentos que moldaram o rumo da política internacional, como a queda da União Soviética, aliado do governo de Hafez por cerca de 20 anos, e a primeira guerra do golfo, o regime sírio se manteve relativamente estável e seguro. Em conjunto a isso, o governo de Hafez mantinha uma certa popularidade no mundo árabe pelo posicionamento pró-palestina. Após o fim da Guerra Fria houve a melhora nas relações da Síria com os EUA. Além disso, a Síria retomou as relações com o Egito nos anos noventa, sendo o Egito até então o único país árabe a ter assinado acordo de paz com Israel sob o mandato de Anwar Sadat em 1979.

Em geral, a política externa de Hafez al-Assad foi determinada por um contexto de nacionalismo árabe na região, busca pela liderança do Oriente Médio e a luta pelo fim das ocupações israelenses nos territórios

árabes. Ainda que, no conflito do “Setembro Negro” a síria tenha sofrido com críticas consistentes acerca de sua atuação ou falta dela. De modo geral, a década de 90 foi extremamente frutífera para a Síria, além do supracitado, o primeiro programa de assistência técnica da UE para a Síria ocorreu em 1996, pouco depois da Declaração de Barcelona de 1995.

A sucessão de Hafez al-Assad também era um assunto muito falado, o principal nome era seu filho Bassel al-Assad, que tragicamente morreu em janeiro de 1994 ao sofrer um acidente de carro enquanto dirigia em alta velocidade em sua Mercedes. De modo que, agora, o novo sucessor seria um filho menos conhecido de Hafez al-Assad, Bashar al-Assad, que assumiria depois da morte de Hafez Al Assad em 10 de junho de 2000.

6.4. A chegada de Bashar al-Assad ao poder

Após a morte de Hafez al-Assad, à presidência da síria foi sucedida pelo seu filho Bashar al-Assad através da aprovação pelo legislativo e judiciário que legitimou o processo de sucessão por meio da mudança do artigo 83 da constituição síria que antes determinava a idade mínima para a posse de 40, passando agora a 34 anos, idade de Bashar na época. Bashar foi vitorioso com 97% dos votos de acordo com um referendo popular.

Nos primeiros anos de seu governo, desenvolveu uma imagem pública de um líder árabe moderno e moderado em seus aspectos econômicos e políticos. O início do governo de Bashar al-Assad foi marcado por grandes reformas econômicas, a mudança do socialismo para a liberalização da economia. Esse período foi caracterizado por medidas concretas para reforma da economia, liberalizar o comércio e atrair investimentos estrangeiros diretos, o que proporcionou o surgimento da bolsa de valores de Damasco. Durante a década de 2000-2010, a Síria apresentou um desempenho econômico sólido e promissor, com o seu PIB crescendo a uma média de 4,3% ao ano em termos reais; um crescimento que foi quase inteiramente impulsionado

pele crescimento nos setores não petrolíferos, com uma inflação média razoável de 4,9%. Além disso, houve uma melhora significativa da qualidade de vida da população síria. Em 2008, Damasco, foi considerada a capital cultural do mundo árabe pela UNESCO, dessa forma, o governo de Bashar também diminuiu a forte presença militar no aspecto político, ainda que presente, característica marcante no governo de seu pai, Hafez al-Assad. Além disso, assim como no governo de seu pai, o controle do poder continuou concentrado nas mãos dos alauitas.

Entretanto, quanto à política internacional, após o acontecimento do 11 de setembro de 2001 e o aumento da presença militar americana no oriente médio, as relações Síria-EUA se deterioraram profundamente. Tanto que os EUA em 2003 aprovaram a lei (SALSA) promovendo uma série de sanções contra a síria sob diversas acusações, como, por exemplo: apoio ao terrorismo, ocupação indevida do Líbano e desenvolvimento de armas de destruição em massa. Sob Bashar al-Assad, a aliança estratégica com o Irã foi utilizada para proteger-se das ambições norte-americanas na região, especialmente após a invasão do Iraque em 2003. Desse modo, os países assinaram um acordo de cooperação em caráter estratégico em 2004 e o pacto de defesa mútua em 2006. Além de que em múltiplas ocasiões, a Síria e o Irã promovem o intercâmbio cultural e a troca de tecnologia bélica.

Em 2005, após o assassinato do primeiro-ministro do Líbano, e após a pressão internacional, a Síria optou pela retirada de suas tropas do Líbano que estavam no país desde 1976. Apesar de diversas acusações, o envolvimento do governo Assad não foi determinado de forma conclusiva. Esse evento foi encarado como uma humilhação por alguns setores da política síria. Em 2007, Bashar al-Assad foi reeleito pela grande maioria dos votos enquanto a oposição declarava a eleição ilegítima. Em seu segundo mandato, Bashar procurou diminuir seu isolamento internacional, inclusive buscou a melhora de relacionamentos com países como Arábia Saudita e Turquia.

6.5. Primavera Árabe e ameaça ao poder de Assad

A Primavera Árabe foi uma série de protestos de rua que aconteceram nos países árabes do norte da África e no Oriente Médio, a partir de 2010. O contexto político era caracterizado pela repressão, insatisfação popular, perda de direitos fundamentais, altos níveis de desemprego, corrupção e pobreza.

Os protestos começaram na Tunísia, quando o vendedor de frutas Mohamed Bouazizi, de 26 anos, ateou fogo a si mesmo diante do prédio do governo. O ambulante era constantemente intimidado por policiais e, em 2010, teve seu carrinho de frutas confiscado por não ter licença para vender no local onde supostamente era necessária.

Bouazizi foi à sede do governo local tentar recuperar seus pertences, mas não foi recebido. Sem conseguir mais trabalhar e afetado há anos pelo desemprego, a situação o levou a tirar sua própria vida.



Com a ajuda da internet e das mídias sociais, a notícia de seu gesto espalhou-se rapidamente e se transformou em protestos contra o desemprego e a corrupção no país, que logo influenciaram outros países que se opunham às condições impostas por regimes ditatoriais, como Argélia, Líbia, Jordânia, Iêmen, Egito, Síria, Iraque e Bahrein, além de pequenos incidentes na Mauritânia, Omã, Arábia Saudita, Líbano, Sudão e Marrocos.

Os movimentos lutaram por justiça, democracia, direitos humanos, dignidade e liberdade dos abusos policiais. A comunicação midiática era censurada e controlada pelos governos, por isso as redes sociais foram adotadas como a forma principal de disseminar a informação e mobilizar mais pessoas. O ambiente digital permitiu que a população se comunicasse e manifestasse opiniões que seriam barradas em meios tradicionais.

Quadro 2: resumo dos principais protestos que deram origem à Primavera Árabe

País	Fato deflagrador	Data	Consequência	Tempo no poder	Designação da manifestação	Desdobramento
Tunísia	Autoimolação de Mohamed Bouazizi, como forma de protesto contra o confisco de seus bens de trabalho pelas autoridades	17/12/2010	Deposição do ditador Zine El Abidin Ben Ali	Desde 1990	Revolução de Jasmin (flor símbolo da Tunísia)	El Abidin Ben Ali foi condenado a 35 anos de prisão. A eleição presidencial está prevista para ser realizada até o fim de 2014.
Egito	Protestos motivados pela Revolução de Jasmin, influenciada pela tortura, espancamento e morte do jovem Khaled Said pela polícia egípcia.	25/01/2011	Deposição do ditador Hosni Mubarak	Desde 1981	Dias der Fúria, Revolução de Lóus (flor símbolo do Egito), Revolução do Nilo	Hosni Mubarak responde a processos criminais no Egito. Dois presidentes eleitos pós-Mubarak foram depostos. O governo provisório está nas mãos do novo presidente Abdel Fatah Sisi.
Líbia	Protestos motivados pela Revolução de Jasmin	02/2011	Deposição do Muammar Kadhafi (Kadafi; Gaddafi)	Desde 1969	Guerra Civil Líbia ou Revolução Líbia	Muammar Kadhafi foi capturado e morto no fim de 2011, cedendo o poder ao Congresso Nacional Geral
Síria	Protestos motivados pela Revolução de Jasmin	03/2011	Tentativa de deposição do ditador Bashar al-Assad	Desde 2000	Guerra Civil Síria	Os protestos ainda estão acontecendo no país.
Iêmen	Protestos motivados pela Revolução de Jasmin	02/2011	Derrube de Ali Abdullah Saleh	Desde 1990	Revolução Iemenita, Revolta no Iêmen 2011-2012	Após ser gravemente ferido em um atentado contra o seu palácio, em Junho de 2011, Ali Abdullah Saleh anunciou 3 meses depois a sua saída.
Bahrein	Protestos motivados pela Revolução de Jasmin	02/2011	Tentativa de deposição de Hamad bin Isa al-Khalifa	Desde 1999	Revolta no Barein	O governo respondeu às manifestações com violência e mantém o poder.

Fonte: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (USP)

Os efeitos da Primavera Árabe na Síria foram dos mais danosos para sua população e a estabilidade regional. O regime de Assad era conhecido como um dos mais repressivos da região: prisões, torturas e assassinatos eram usados com frequência para calar qualquer possível dissidência política.

Em março de 2011, foram registradas as primeiras manifestações contra o governo, incluindo uma pequena reunião de dezenas de pessoas na capital, Damasco. Na cidade de Deraa, no sul do país, a repressão armada causou as primeiras mortes - alguns jovens morreram durante protesto contra a prisão e tortura de adolescentes que haviam pichado dizeres contra o regime.

A partir de Deraa, os protestos cresceram em outras cidades importantes, como Homs e Hama, na região central, e Baniyas, na costa oeste. Para cada uma delas, o regime adotou tática semelhante, com o envio de tanques que sitiavam e bombardeavam a área - serviços básicos como água, eletricidade e telefone foram cortados.

Ao longo de 2011, a repressão de Assad ficou cada vez mais violenta, com o uso de armamento pesado contra as concentrações de manifestantes. No segundo semestre desse mesmo ano, Bashar al-Assad já enfrentava rebeldes organizados, como o FSA (Free Syrian Army, ou Exército Sírio Livre), formado por desertores do Exército Nacional.

Em agosto de 2012, o então presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, afirmou que o possível uso de armas químicas e biológicas na Síria poderia levar a uma intervenção americana.

O governo sírio negou o uso dos armamentos, dizendo que a acusação era fabricada, mas o incidente colocou forte pressão por uma intervenção dos Estados Unidos e do Reino Unido no que já poderia ser considerada uma guerra.

Em janeiro de 2013, às Nações Unidas informaram que um levantamento de seu Alto Comissariado para Direitos Humanos

identificou "uma lista de 59.648 indivíduos mortos na Síria entre 15 de março de 2011 e 30 de novembro de 2012".

Ao longo de 2012 e 2013, porém, com o agravamento do conflito, centenas de outros grupos rebeldes foram formados, alguns pequenos e locais, outros com conexões e estrutura em várias partes da Síria.

6.6. Início da Guerra civil e reações da comunidade internacional

Com os protestos em 2011, por meados de abril o governo sírio inicialmente se mostrou disposto a promover o diálogo e a atender algumas reivindicações dos manifestantes, assim o presidente Bashar al-Assad assinou um decreto promovendo o fim da “Lei de Emergência” que estava em vigor há 48 anos. Além disso, segundo o jornal oficial do país, SANA, também aboliu o Tribunal de Segurança do Estado, que julgava os presos políticos, além da aprovação de uma lei permitindo protestos pacíficos, contanto que esses protestos sejam aprovados pelo ministério do interior. Anteriormente, em 30 de março, Bashar deu um discurso no qual disse: “Os cidadãos precisam de segurança e serviços, porém, também precisam de dignidade. Nós queremos engajar em um diálogo com os sindicatos e com as organizações nacionais”. Apesar disso, ainda em 2011, uma série de medidas violentas foram tomadas pelo governo sírio para reprimir as manifestações, causando a morte e o ferimento de muitas pessoas.

Ainda em 2011, a Human Rights Watch divulgou um relatório de 88 páginas chamado “By all means necessary” que reúne os nomes dos comandantes e oficiais das forças armadas sírias e das agências de inteligência que teriam envolvimento com os assassinatos generalizados, tortura, e prisões ilegais durante os protestos contra o governo de 2011. O relatório foi feito a partir de entrevistas com desertores do exército sírio e das centrais de inteligência. A Human Rights Watch pediu ao Conselho de Segurança para delegar a situação na Síria ao Tribunal Penal Internacional

e impor sanções contra os funcionários envolvidos nos abusos. Também houve relatos de prisões arbitrárias, tortura e execuções.

A adesão da Síria à Liga dos Estados Árabes foi suspensa em novembro de 2011, após a guerra, e o mesmo se aplica à sua adesão à Organização de Cooperação Islâmica. Dessa forma, o assento da Síria na Liga Árabe está vago desde novembro de 2011, com o apoio de 18 dos 22 membros, depois de Damasco ter rejeitado uma proposta árabe para acabar com a violência contra os manifestantes e, em vez disso, ter optado por uma repressão sangrenta à dissidência. Com o começo da guerra, ficou evidente a disputa de dois atores regionais, Arábia Saudita e Irã. Os antagonistas históricos, reforçam suas oposições ao apoiarem claramente os lados envolvidos no impasse doméstico sírio. A aliança entre Estados Unidos da América e Arábia Saudita, de caráter pró ocidente e conservadora, se opõe à presença iraniana na Síria, que, por sua vez, defende a expansão de seu modelo de regime islâmico e sua posição anti-imperialista e anti-estadunidense. O que se nota no conflito entre governo sírio e sua oposição é o forte apoio iraniano ao governo de al-Assad, com envio de material bélico e efetivo militar, enquanto o governo saudita envia dinheiro e armas à oposição, na tentativa de derrubar o governo. Porém, as duas potências regionais mantêm alianças com outros atores do Oriente Médio, o que polariza ainda mais o conflito.

Enquanto isso, no Conselho de Segurança da ONU duas propostas de resolução (outubro de 2011 e fevereiro de 2012) foram apresentadas, essas resoluções foram rejeitadas pelo CSNU após o voto negativo de dois dos membros permanentes, Rússia e China, esses países alegaram que o comitê estava sendo usado como meio para uma mudança de regime. Em janeiro de 2012, o Secretário-Geral Ban Ki-moon apelou à liderança síria para pôr fim ao derramamento de sangue em curso no país. "Digo mais uma vez ao Presidente Assad da Síria: Parem com a violência. Parem de matar o vosso próprio povo. O caminho da repressão é um beco sem

saída", disse o secretário-geral num discurso na Reunião de Alto Nível sobre Reforma e Transições para a Democracia, realizado em Beirute.

Nesse sentido, durante a década de 2000-2010, o PIB da Síria crescia a uma média de 4,3% ao ano em termos reais; um crescimento que foi quase inteiramente impulsionado pelo crescimento nos setores não petrolíferos. No entanto, o PIB da Síria se contraiu rapidamente em números negativos após o surto da guerra na Síria, em março de 2011, atingindo um nível recorde de -26,3% em 2012.

6.7. Avanço de grupos rebeldes e participação militar estrangeira no conflito

É inegável o aumento cada vez mais rápido dos grupos rebeldes no conflito sírio. Grupos inicialmente pequenos compostos por desertores do exército sírio, que vieram a formar o Exército Sírio Livre (FSA), e civis armados que, a princípio, surgiram como uma resposta à repressão sofrida dentro da Síria pelo regime Assad, logo cresceram e se tornaram grupos ainda mais independentes e diversos com diferentes objetivos e ideologias. A Coalizão Nacional Síria da Oposição e das Forças Revolucionárias é a maior aliança atual dos grupos de oposição sírios, sendo o Conselho Nacional Sírio o maior grupo rebelde presente no conflito.

Em 2012 houve avanços significativos dos grupos rebeldes, ano em que alguns desses grupos conseguiram tomar a cidade de Aleppo após intensos combates, entretanto, em 2016, o governo sírio com o apoio da Rússia recuperou a liderança do local. As investidas dos grupos rebeldes em combates armados têm garantido cada vez mais terrenos conquistados principalmente perto da fronteira sul da Síria com a Jordânia e Israel, já na área norte do país, os grupos focam em expandir os territórios que já detêm, tendo em 2013 capturado a cidade de Raqqa, lugar que possui uma série de bases militares e a maior barragem do país.

Os grupos também focam em dominar pontos de apoio ao redor da capital, que se encontra em estado de alta vigilância. Os rebeldes utilizam de suas posições para barrarem morteiros numa tentativa de se livrar do governo sírio. Um dos maiores exemplos dessa estratégia adotada foi o bombardeio ocorrido no coração de Damasco, em 2013, quando os opositores do governo dispararam uma grande quantidade de morteiros que vieram a atingir uma rotatória histórica no centro da capital, posteriormente a TV estatal síria afirmou que o ataque, que ficou conhecido como um dos piores desde o início da rebelião contra Assad, matou duas pessoas e feriu várias outras.

Os ataques dos grupos rebeldes, em sua maioria, parecem ter como foco principal os prédios governamentais, grande parte causa danos materiais, mas acabam causando danos psicológicos também na população da região.

Os investimentos desses rebeldes são os mais diversos possíveis, em 2012 a Arábia Saudita juntamente com outros países do Golfo criaram um fundo monetário multimilionário para financiar esses grupos de oposição. O grupo denominado de “Amigos da Síria” declarou em conferência que o objetivo do fundo secreto é pagar os salários dos soldados do Exército Livre da Síria e dos desertores das forças armadas sírias, soldados, oficiais e outros integrantes do Exército Sírio Livre.

Os rebeldes sírios não possuem apenas apoio monetário de países estrangeiros, mas também apoio militar. Países como os Estados Unidos que fornece treinamento, armas e assistência logística para alguns grupos rebeldes e a Turquia que além de seguir o caminho da potência norte-americana, combate diretamente grupos curdos da região já que o país os considera como grupos terroristas e uma grande ameaça para todos. Não parando por aí, Turquia lançou uma série de operações militares transfronteiriças na Síria, visando tanto o governo sírio quanto as forças curdas, essas operações foram acompanhadas por confrontos diretos entre o exército turco e milícias curdas, aumentando as tensões na região e complicando ainda mais o conflito sírio.

Em contrapartida, a Rússia e o Irã são dois aliados de extrema importância para Bashar al-Assad. Em setembro de 2015, a Rússia lançou uma campanha militar direta na Síria resposta a um pedido oficial do governo sírio, as investidas consistiam em ataques aéreos contra rebeldes no país, posteriormente a Rússia declarou que o objetivo principal da intervenção foi o combate ao terrorismo e a estabilização do governo Assad. O Irã, com o mesmo foco, adentrou o conflito fornecendo apoio militar direto, incluindo treinamento, armas e financiamento para as forças governamentais, sua presença fortaleceu as capacidades de combate do governo e ajudou a conter o avanço dos rebeldes em várias frentes.

6.8. As tentativas para um acordo de paz

Em uma tentativa rápida de reverter a situação caótica e instaurar a paz e o equilíbrio na Síria e na região, alguns acordos foram firmados durante anos.

Genebra I

Genebra I foi o primeiro de uma série de acordos que visavam mitigar o conflito armado, encontrar uma solução política e apresentar bases para uma transição política pacífica e fortificada na Síria. O acordo foi firmado em 30 de junho de 2012 após uma série de negociações entre a Rússia, os Estados Unidos da América, a Liga Árabe, a ONU, a União Europeia e outros países vizinhos da Síria, esses que por sua vez foram também assinantes do acordo juntamente com a Turquia. Um dos seus principais planos era apresentar um roteiro a ser seguido para pôr fim ao conflito na região.

Após diversas discussões, os Estados Unidos da América, Rússia e outras potências chegaram a um denominador comum sobre um roteiro em busca da paz na Síria, o Comunicado de Genebra. Os principais elementos defendidos no comunicado eram a formação de um governo de transição que contaria com a presença de representantes do governo

síria e da oposição dividindo o pleno poder executivo do país até que fossem feitas as eleições democráticas no país, o respeito aos direitos humanos visando assegurar tal direito internacional e assegurar as liberdades fundamentais do povo sírio e por fim uma transição política pacífica, reforçando mais uma vez a necessidade de uma resolução pautada na diplomacia para a crise.

Apesar de suas intenções, Genebra I sofreu várias críticas e desafios para sua implementação. As diversas interpretações e dúvidas quanto ao papel de Bashar al-Assad durante o governo de transição, proposto pelo acordo, e o questionamento sobre ele deixar o poder de maneira imediata ou permanecer até o fim de seu mandato foram uma das lacunas apresentadas contra o acordo. Além disso, nem todas as partes envolvidas no documento estavam conforme as regras estabelecidas, alguns grupos rebeldes se opuseram a cooperar e o governo sírio não aderiu plenamente às regras, o que acabou gerando dúvidas quanto à eficácia de tal pacto.

Por essas e outras séries de desafios, Genebra I não vingou e o conflito sírio, ao qual visava por fim, continuou a se desdobrar.

Genebra II

Ainda com esperança em pôr fim ao conflito de maneira diplomática e não militar, em janeiro de 2014 houve uma segunda tentativa de fazer o acordo de Genebra vingar. Após 3 anos de conflito e 2 anos após o Genebra I, Rússia, Estados Unidos e a ONU se juntam novamente numa roda de negociações com o objetivo de reunir os representantes do governo sírio e da oposição tal como da primeira vez. A nova tentativa apresentava os mesmos objetivos da anterior, com o acréscimo de maior participação feminina em todos os aspectos no governo de transição.

O processo para reunir esses representantes foi extremamente complicado e demorado. O governo sírio aceitou participar das negociações com os opositores, entretanto deixou claro que não entregaria o governo a ninguém”, reafirmando que Bashar A-Assad

continuará na liderança do país independentemente do que fosse proposto na reunião. Por outro lado, os grupos de oposição se mantinham resistentes em não aceitar a convocação, entretanto, após uma grande pressão estrangeira, a Coligação Nacional para as Forças Revolucionárias acabou cedendo ao pedido, entretanto, no momento da votação em Istambul para confirmar a presença no acordo, 119 membros ativos da coligação boicotaram o processo votando contra e surpreendendo a todos no momento, entretanto, Ahmed Jarba, presidente da coligação, afirmou que a mesa de negociações de Genebra II era "uma passagem de mão única para cumprir todas as demandas dos revolucionários, principalmente entre elas a retirada dos poderes do assassino", segundo suas próprias palavras.

Após a declaração do presidente, o Conselho Nacional Sírio, maior bloco da oposição, anunciou sua retirada da coligação, pois acreditava que participar do Genebra II violava seus compromissos de não negociar até a saída de Assad do poder, outros grupos de oposição seguiram os passos do Conselho e anunciaram que não iriam participar do evento. O cenário se tornou ainda mais caótico quando o então Secretário-Geral da ONU, Ban, Kim-Moon, convidou o Irã, um importante aliado de Bashar al-Assad para participar das reuniões de Genebra II, o convite foi bem aceito pelo país, entretanto, assim que essa informação foi noticiada a Coligação Nacional emitiu uma declaração afirmando que apenas participaria das reuniões caso o Irã fosse excluído, mas tal ação não foi necessária uma vez que o Secretário Geral da ONU anulou a oferta feita ao Teerão após eles se negarem a apoiar o Comunicado de Genebra e o governo de transição proposto "Todos sabem que sem o Irã as possibilidades de uma solução real para a Síria não são tão grandes, foi o que afirmou Abbas Araçchi, vice-ministro das Relações exteriores do Irã.

Ao fim, a tentativa falhou semelhantemente como a primeira, tendo poucos avanços tangíveis. O impasse sobre o governo de transição e o destino de Bashar al-Assad, os quais foram os grandes fatores para o

fracasso nas negociações em Genebra I, acabaram por ser os fatores determinantes para o fracasso do Genebra II também.

Houve diversas outras tentativas de cessar-fogo durante anos desde o início do conflito, entretanto nenhuma que realmente tenha tido sucesso.

6.9. Participação de grupos terroristas no conflito

A guerra na Síria envolve a participação de diversos grupos terroristas, contribuindo para o aumento da instabilidade local. Em 2016, a Síria possuía o quinto maior índice global de terrorismo e o maior aumento já registrado de mortes por terrorismo em um ano, de acordo com o Global Terrorism Index. A situação estava extremamente deteriorada com o aumento de 63% do número de mortes por terrorismo em comparação com o ano anterior, embora os números reais possam ser ainda maiores devido a dificuldade de registros no contexto de guerra civil e ocupação terrorista.

Em 2015, cerca de dezessete diferentes grupos cometeram ataques terroristas em território sírio, entre esses, o Estado Islâmico e a al-Nusra Front são responsáveis por três quartos das mortes e apresentam grande domínio do país.

O Estado Islâmico do Iraque e do Levante é um grupo terrorista originado da Al-Qaeda no Iraque e deslocado para a Síria durante a guerra civil. Em 2014, a Al-Qaeda rompeu formalmente os laços com o Estado Islâmico por desobediência a instruções diretas para matar menos civis. O grupo almeja criar uma zona de domínio islâmico e é conhecido pelo extremismo.

Em 2015, o autoproclamado Estado Islâmico foi o grupo com maior número de fatalidades na Síria, com uma estimativa de dez mortes por ataque e um aumento de mais de 800 mortes em comparação com o ano anterior. Vale ressaltar que metade dos ataques liderados por esse grupo tiveram como alvo civis. Entre os crimes cometidos, o ataque do dia 21 de

maio de 2015 na cidade de Palmyra foi um dos mais violentos, deixando cerca de 280 mortos, entre civis, funcionários públicos e soldados das Forças Armadas da Síria.

A organização do Estado Islâmico obtém sua receita do petróleo, atividades criminosas locais, sequestro, doações e financiamento estrangeiro, havendo diversas acusações contra possíveis apoiadores. Há também relatos de que o grupo terrorista está orquestrando ataques contra civis em campos de refugiados no oeste da Síria para aumentar o fluxo de imigrantes e, assim, lucrar com receitas fiscais.

A Frente al-Nusra ou Jabhat al-Nusra, por sua vez, está ativa no conflito desde 2012 e com expressivo aumento da letalidade a cada ano. Em julho de 2016, ela anunciou a ruptura com a Al-Qaeda e a mudança de nome para Frente Fateh al-Sham, provavelmente em uma tentativa de participar de negociações e evitar ser alvo de ataques, sem alterar, de fato, a ideologia e a tática do grupo.

Por possuir um foco maior nas tropas de Assad, mais da metade dos ataques da al-Nusra Front são direcionados a alvos militares, assim, consolidou uma aliança com grupos rebeldes que também lutam contra as forças do governo sírio. Ademais, assim como o Estado Islâmico, a Frente gera receitas através da venda de petróleo, raptos de estrangeiros e envio de doativos privados de indivíduos particulares de indivíduos da Arábia Saudita, do Qatar e do Kuwait

Outros grupos também buscam exercer a sua influência no território sírio tal como o Hezbollah - presente no sul, próximo à Golã, ao lado das forças do regime - e outras organizações ligadas à Al-Qaeda.

6.10 Crise humanitária e impactos na população civil

O conflito armado na Síria resultou no deslocamento sistemático da população. Uma pesquisa feita pelo Centro Sírio de Pesquisas de Política para a Agência de Assistência e Obras das Nações Unidas (UNRWA) entre 2013 e 2014 aponta que o deslocamento em massa da população, somado ao aumento do percentual de pobreza, intensa evasão escolar,

desemprego, crises no sistema de saúde e educacional e deterioração da economia resultaram num regresso no desenvolvimento social de 35 anos e econômico de 30 anos.

6.10.1. Indicadores socioeconômicos antes do conflito

Os dados apresentados são provenientes do relatório “Confrontando a Fragmentação: relatório sobre o impacto da crise síria” e do “Relatório Demográfico sobre o Status Humano na Síria” realizado pelo Centro Sírio de Pesquisas de Políticas (SCPR) em 2015 e 2016, respectivamente.

Panorama geral - Antes do conflito, a Síria sofria um “gargalo” institucional provocado pela ineficiência, falta de transparência e responsabilização, e a ausência de participação política de toda a população. Por esse motivo, o cenário era de baixa produtividade, baixa participação da sociedade no processo de desenvolvimento e aumento da desigualdade.

Crescimento - A taxa média anual de crescimento populacional dos residentes da Síria atingiu 2,9% no período de 2004 a 2010 (comparado a 2,75% de acordo com as estimativas oficiais). Essa mudança indica o fracasso dos programas e políticas relacionados à população que visavam reduzir as taxas de crescimento populacional e fornece uma prova adicional da ineficiência da política de planejamento familiar isolada do desenvolvimento inclusivo.

Taxa de mortalidade - A taxa bruta de mortalidade, que antes era de 3.8 por mil, subiu para 4.4 por mil em 2010. Embora essa seja considerada baixa globalmente, seu aumento reflete a crescente privação de serviços de saúde e condições de vida adequadas.

Expectativa de vida - A expectativa de vida reduziu de 72,2 anos em 2007 para 70,8 anos em 2010. Essa taxa evidencia os pontos fracos e a

ineficiência do sistema de saúde associada a uma diminuição nos padrões de vida das famílias causada pelo aumento da carga sobre as famílias em termos de gastos com saúde, educação e alimentação, com mudanças progressivas nas políticas de subsídios e nos serviços públicos.

6.10.2. Indicadores socioeconômicos durante o conflito

Panorama Geral - Com o movimento social que se iniciou em março de 2011, esperava-se construir novas instituições que iriam pôr um fim no estado de alienação e depravação que assolava o território sírio.

Taxa de mortalidade - Atingiu 10,9 por mil em 2014, contabilizando direta e indiretamente para a morte de 1,4 por mil da população. Em 2015, essa taxa baixou para 10,8 por mil.

Expectativa de vida - Para os homens, a expectativa de vida caiu de 69,7 anos em 2010 para 48,2 anos em 2014 e 48,4 anos em 2015. Para as mulheres, a queda foi menos expressiva devido à ausência de contato direto com o conflito: de 72 anos em 2010, a taxa foi para 64,8 anos em 2014 e 65 anos em 2015.

Taxa de natalidade - De 38,8 por mil em 2010, decaiu para 28,5 por mil em 2014. A falta de segurança, a deterioração das condições de vida e o senso geral de instabilidade resultaram na queda no número de casamentos nas áreas estudadas. As residências têm sofrido com fragmentação familiar e condições de vida desafiadoras, viabilizando casos de casamento precoce e exploração de mulheres.

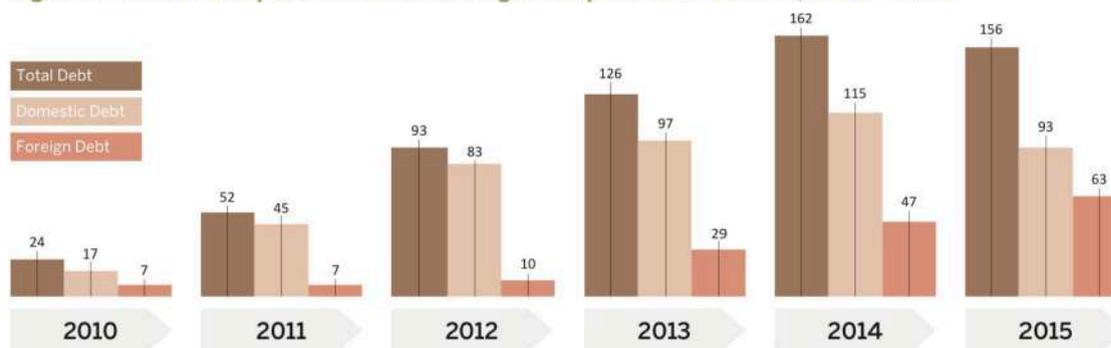
População - Em 2014, a população era de 20.776.000 pessoas. Em 2015, esse número caiu para 20.208.000 pessoas.

6.10.3. Impacto econômico

De acordo com o SCPR, no início de 2013 a economia enfrentava uma desindustrialização generalizada e um desinvestimento de capital em larga escala devido à destruição, aos saques e à fuga de capital, com uma perda econômica total de US\$ 84,4 bilhões nos dois anos anteriores, o que equivale a 142% do PIB em 2010.

A economia síria continuou a encolher durante os dois primeiros trimestres de 2015, com projeção de maior declínio no segundo semestre do ano. Em 2014, a contração geral atingiu 15,2% em comparação com 2013, enquanto o ano de 2013 testemunhou o maior declínio econômico anual durante a crise, com 36,5% em comparação com 2012. A contração econômica continuou em 2015, mas em menor grau do que nos anos anteriores à crise.

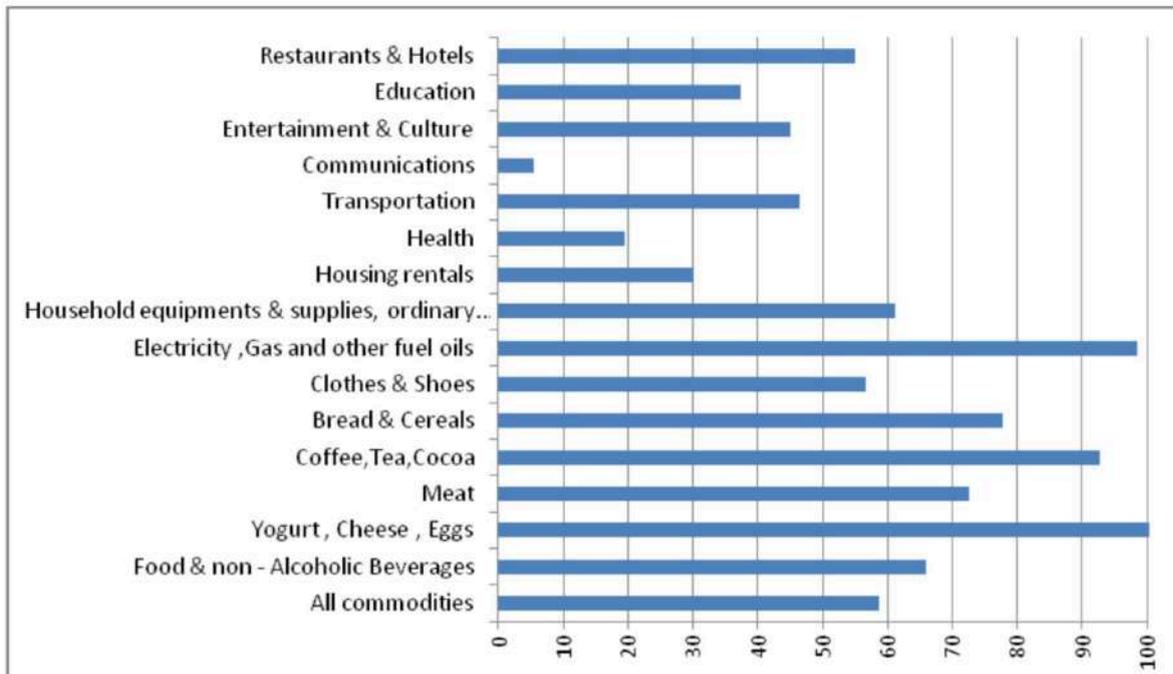
Figure 9: Total debt by domestic and foreign component (% of GDP), 2010 – 2015



Source: SCPR estimations, 2015

Tradução livre: dívida total por componente nacional e estrangeiro (% do PIB), 2010-2015

Figure 6: Inflation of main categories (March 2011 to November 2012)



Source: Central Bureau of Statistics and authors' calculations

*Official CPI used till November 2012, from Dec 2012 to March 2013 CPI is based on PICC estimation.

Tradução livre: inflação das principais categorias (março de 2011 até novembro de 2012)

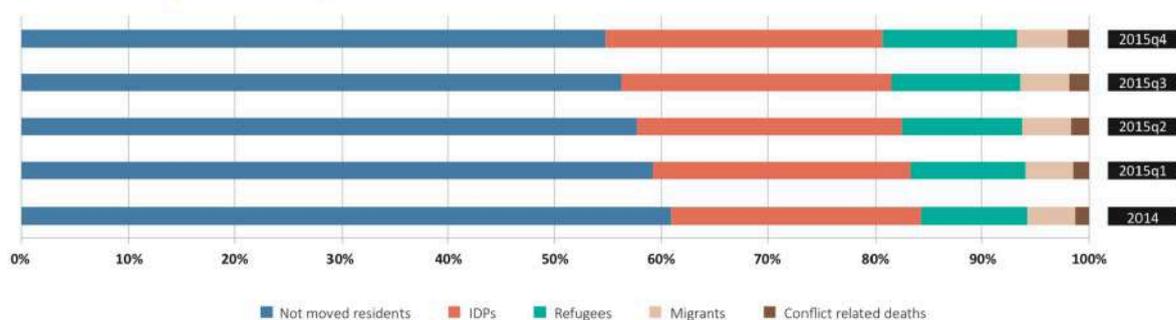
6.10.4. Crise Humanitária

O conflito armado teve um impacto drástico sobre a situação demográfica da Síria; o número de pessoas deslocadas internamente, migrantes, refugiados, mortes e feridos relacionados ao conflito continuou a aumentar, esvaziando a população residencial e, portanto, alterando significativamente a estrutura demográfica. Centenas de milhares de pessoas, especialmente homens que sustentam a família, foram mortos, feridos, presos e sequestrados, colocando em risco suas vidas e as condições de vida de suas famílias.

A insegurança generalizada, as condições econômicas insuportáveis e as dificuldades forçaram milhões de sírios a se assentarem dentro ou fora do país e a dependerem completamente da ajuda humanitária local e internacional. Essa perda de segurança em todas as suas formas comprometeu os direitos humanos e a dignidade da população síria.

Em 2015, o número de refugiados sírios que conseguiram chegar à Europa, tanto por rotas legais quanto ilegais, aumentou significativamente. A ausência de rotas seguras para a segurança causou a perda de muitas vidas em sua jornada de deslocamento, com um número crescente de pessoas que se afogaram no Mediterrâneo ou que foram abusadas e violadas por redes criminosas e de tráfico humano.

Figure 13: Structure of total counterfactual Syrian population across conflict related categories during 2011 - 2015



Source: SCPRI estimations based on population status survey, 2014

Tradução livre: estrutura da população síria total contrafactual em categorias relacionadas a conflitos durante 2011-2015

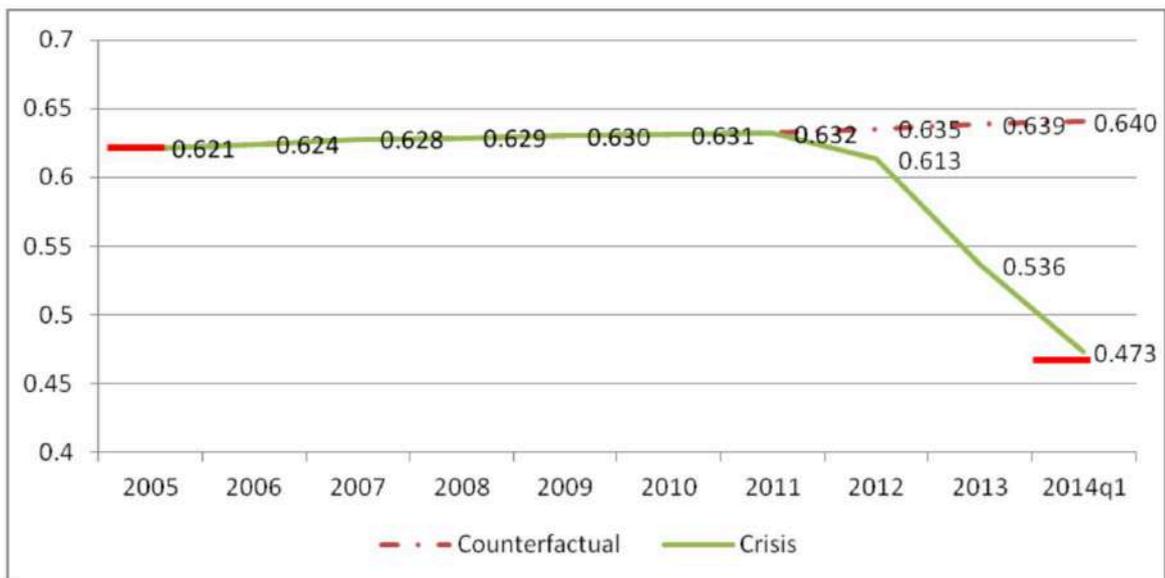
As implicações da crise continuam a abalar a população da Síria por meio de deslocamento, asilo migratório e o crescente número de mortes e ferimentos relacionados a conflitos. Embora a população da Síria fosse de 21,80 milhões em 2010, estima-se que, em meados de 2015, ela tenha diminuído para 20,44 milhões de habitantes. Até o final de 2015, a projeção é que a população caia para 20,21 milhões. O crescimento populacional durante 2015 foi negativo, com queda de 1,8% em 2015-Q1, 1,7% no 2015-Q2, 1,8% no 2015-Q3 e 2% no 2015-Q4 em comparação com os trimestres correspondentes em 2014.

*Q significa quarter, ou seja, $\frac{1}{4}$ (um quarto) do ano

No final de 2015, o índice de saúde diminuiu 30,3% em relação a 2010. A estimativa é baseada nas tabelas de qualidade de vida

recém-calculadas que estimaram a expectativa de vida ao nascer em 2010 em 70,5 anos (SCPR, 2016). Em 2015, e com base na pesquisa populacional de 2014, a estimativa da expectativa de vida ao nascer é projetada em 55,4 anos em 2015. Isso derrubou a classificação do índice de saúde na Síria, de 106° para 174° entre 195 países, colocando a Síria entre os piores países do mundo em termos da dimensão de saúde do IDH.

Figure 7: HDI for Syria, 2005-2014



Sources: HDR 2011 and SCPR estimations (for HDI of 2012 – 2014).

6.10.5. Impasse na entrega de doações

Em setembro de 2016, mais de 70 grupos humanitários suspenderam a cooperação de compartilhamento de informações com a ONU na Síria, acusando o órgão mundial de ser influenciado em suas operações, inclusive na distribuição de ajuda, pelo governo do presidente Bashar al-Assad.

Em uma carta contundente enviada à ONU, os grupos anunciaram sua retirada do mecanismo de compartilhamento de informações “Whole of Syria (WoS)”.

As organizações acusam a ONU de complacência em meio à interferência do governo sírio na prestação de assistência humanitária, incluindo o bloqueio da ajuda às áreas sitiadas controladas pelos rebeldes,

a remoção da ajuda médica dos comboios e a marginalização dos trabalhadores humanitários por motivos políticos.

Enquanto não houver negociações, a crise humanitária é potencializada e menos doações chegam aos refugiados.

Em agosto de 2013 às Nações Unidas declararam que existiam mais de 100.000 mortos na Síria em decorrência do conflito interno, e que o número de refugiados havia ultrapassado 6,25 milhões, sendo que 4,25 milhões eram deslocados internos e 2 milhões estavam distribuídos pelos países vizinhos, como no Líbano, Turquia, Jordânia, Egito e pelo Magrebe.

7. Definição do problema

A atual situação vivenciada pela Síria, as dificuldades e sofrimentos a que o povo sírio está submetido, os constantes ataques de grupos terroristas e a quase completa erosão do tecido social sírio configuram-se enquanto uma verdadeira calamidade humanitária. Nesse sentido, considerando os avanços singelos em negociações de paz, a comunidade internacional por meio do Conselho de Direitos Humanos da ONU depara-se com a necessidade de lançar mão de todas as ferramentas disponíveis ao órgão com objetivo de mitigar a crise humanitária na Síria e estabelecer bases para que uma negociação para o fim do conflito.

As revoltas populares na Síria, inflamadas pela primavera árabe, desembocaram em uma violenta e sangrenta guerra civil, na qual todas as partes beligerantes foram, em algum momento, seriamente acusadas de violar de forma flagrante e sistemática o direito internacional e os direitos humanos. Com tal fato em mente, o Conselho de Direitos Humanos tem a difícil tarefa de analisar a conjuntura quanto a tais acusações, optando ou não por reconhecer formalmente violações sistêmicas desses direitos, e decidir, caso os reconheça, quais medidas devem ser tomadas para evitar e investigar tais crimes. No que se refere a um acordo para o conflito, por resistência tanto do governo sírio quanto de rebeldes apoiados pelo ocidente, as negociações de paz têm caminhado a passos lentos, conquistando avanços marginais para o fim da guerra. Nesse sentido, o Conselho encontra-se em uma singular posição de atuar buscando soluções para superar esses impasses e destravar as negociações, em especial as problemáticas que afetam diretamente a situação humanitária no país.

A degradação humanitária e a instabilidade politico-econômica causada pela guerra são intensificadas pela ação de grupos terroristas na Síria, em especial o Estado Islâmico, que conseguiu avançar ao ponto de capturar cidades historicamente relevantes como Palmira, e alcançar as vizinhanças de Aleppo, a maior cidade da Síria. Dada essa grave problemática, e a notável ameaça de tais grupos terroristas em âmbito

internacional, alguns países ocidentais, capitaneados pelos Estados Unidos da América, iniciaram ações militares em território sírio para enfrentamento desses grupos. Embora as ações militares tenham por alvo grupos amplamente reconhecidos como terroristas, atritos têm surgido com o governo sírio, principalmente quanto a danos colaterais e questões de soberania nacional, já que alguns ataques ocorrem sem a permissão do governo.

Dado a interesses econômicos, políticos e as ameaças terroristas presentes, a comunidade internacional, em especial potências como EUA e Rússia, vêm atuando desde o início do conflito de forma constante, seja de forma direta ou indireta, no país, o que leva a embates em pontos de discordância. Os Estados Unidos e seus aliados, como Reino Unido, França e Holanda, passaram a não reconhecer o governo de Bashar al-Assad enquanto legítimo representante do povo sírio, optando por apoiar grupos rebeldes moderados, e alguns países, por exemplo, EUA e França, chegaram a enviar armamento para esses grupos. Já a Rússia, China e demais países mais alinhados a Assad como a África do Sul, defendem veementemente a legitimidade do governo enquanto representante do povo, e no caso russo, vem dando apoio militar e logístico a Damasco na sua luta por sobrevivência. Com isso, tratativas de paz ou cessar-fogo acabam dificultadas pela presença externa na Síria.

Apesar da utilização das armas químicas ser internacionalmente banida, diversos ataques usando esse tipo de armamento foram registrados desde 2011, inclusive por órgãos reconhecidos como a OPCW. A Síria admitiu, em 2012, possuir armas químicas, mas se comprometeu a eliminá-las, porém, países ocidentais acusam o governo de não só possuir estoques de tais armas, mas também de ainda às empregar em operações. Por sua vez, Damasco afirma que as armas foram quase totalmente destruídas e que não são mais utilizadas, atribuindo os ataques a grupos terroristas e rebeldes.

A ajuda humanitária destinada à Síria, de altíssima importância dada a catástrofe humanitária que assola o país, encontra diversos

obstáculos para chegar de fato até aqueles mais necessitados. A fragmentação do controle do território entre governo, rebeldes e terroristas dificulta e por vezes impossibilita rotas de transporte e logística para entrega desses insumos. Além disso, normas excessivas e relatos de abusos de poder por parte de rebeldes e forças governamentais contribuem para o difícil acesso da população necessitada à ajuda humanitária. Ademais, a entrada da ajuda ao país é por vezes de extrema dificuldade, dado a quase impermeabilidade das fronteiras sírias.

Por fim, excelentíssimos delegados, fica claro que a situação enfrentada pela Síria, e principalmente, seu povo, é gravíssima, e, portanto, cabe aos senhores a responsabilidade de obter soluções concretas não só para alívio imediato da situação, mas para possibilitar uma base para uma solução duradoura para a guerra civil da Síria. Somente dessa forma, será possível superar meia década de um retumbante fracasso diplomático e propiciar esperança para o tão sofrido povo sírio.

Vale destacar, ainda, que **o limite temporal da simulação será 28/10/2016**. Sendo assim, quaisquer fatos, acontecimentos ou documentos revelados após essa data não poderão ser considerados no comitê.

8. Posicionamento do jornal

A Russia Today (RT) é uma rede de televisão internacional fundada na Rússia e financiada pelo Estado russo. O jornal, focado em transmissões globais, possui serviços em 5 línguas: O de língua inglesa, inaugurado em 2005, o de língua árabe, em 2007, o de língua espanhola, o RT Actualidad, em 2009, o de língua alemã, em 2014 e o de língua francesa, em 2017. Em 2010, foi iniciada a programação da RT America, que incide sobre os Estados Unidos, com sede em Washington, DC, e transmite 24 horas por dia, a partir do ponto de vista do governo russo.

O jornal surge no objetivo de apresentar uma imagem mais equilibrada do país para uma audiência global, visto que a imagem difundida pela mídia estrangeira sobre esta potência não tende a ser neutra ou positiva.

O RT ganhou destaque por vezes por apresentar pontos de vista alternativos em questões internacionais e por sua cobertura crítica de políticas ocidentais. No entanto, é importante notar que o jornal é frequentemente criticado por promover a agenda do governo russo e por disseminar desinformação em alguns casos.

Durante a guerra civil na Síria, o RT adota um ponto de vista que favorece o governo sírio e sua posição aliada com a Rússia. O canal reporta informações que corroboram a narrativa do governo sírio e da intervenção russa no conflito, muitas vezes enfatizando temas como a luta contra o terrorismo e a busca por uma solução política liderada pelo governo sírio. É importante lembrar que o RT é considerado um veículo de mídia pró-governo russo e suas reportagens devem ser analisadas com essa perspectiva em mente.

9. Panorama dos países

9.1. República Árabe Síria

Nos primeiros anos da guerra, o governo da Síria passou por momentos muito difíceis, chegando a perder o controle de grandes áreas dos seus territórios. Mas ao longo dos anos, Assad se mostrou um líder surpreendentemente resistente. De acordo com o governante sírio, desde o início dos protestos em 2011, parte considerável das manifestações já possuíam caráter violento, salientando que muitos policiais foram mortos na época, inclusive a tiros. Para a constituição síria, todo aquele que porta armas contra o governo e contra o povo sírio é terrorista. Para além, em uma entrevista, o presidente sírio declarou que os manifestantes só poderiam ser considerados legítimos se depuseram as armas e participarem do processo político, tendo em diversos momentos do conflito, o Governo sírio concedido anistia a opositores do governo.

Segundo o Governo sírio, existe uma grande manipulação midiática contra a Síria, feita pelo ocidente e aliados, que utilizam de informações não verificadas para acusar a Síria, responsabilizá-la e depois adotar medidas contra o país. Para além, Assad diz que acusações feitas contra ele, como, por exemplo, acusações de matar cidadãos sírios e bombardear hospitais, são mentira, caso contrário não gozaria de tanto apoio popular. Assim, Damasco também já enviou uma carta para as Nações Unidas demonstrando sua preocupação com a escalada dos ataques terroristas na região de Ghouta. Nesse contexto, o secretário-geral das Nações Unidas declarou que recebeu um pedido das autoridades sírias solicitando uma missão para investigar a alegada utilização de armas químicas. O relatório não atribuiu a culpa do ataque a nenhum lado.

Para a Síria, Riad é o principal financiador desses terroristas, pois a Arábia Saudita financia os Wahabistas, que, por sua vez, servem de fonte ideológica do estado islâmico e outros grupos afiliados à Al-Qaeda.

A República Árabe Síria reiterou que, sob nenhuma circunstância, utilizaria de armas químicas que pudessem possuir no país contra o seu

próprio povo. O governo Assad afirma que as acusações de uso de armas químicas contra seu próprio povo são meras propagandas norte-americanas. Além disso, a Síria manifestou a sua preocupação genuína de que certos Estados que apoiam o terrorismo possam fornecer armas químicas aos grupos terroristas armados no intuito de incriminar falsamente o governo em um momento futuro.

Assim, quanto às incursões aéreas russas e seu impacto nos civis sírios, o presidente Bashar al-Assad afirma que os ataques são precisos e que foram muito úteis para atingir bases e posições terroristas, evidências de que os ataques russos atingiram civis. Além disso, acusa os Estados Unidos de serem responsáveis pela morte de civis no norte da Síria em consequência dos bombardeios americanos ao ISIS. O governo sírio lamenta a morte de civis e se compromete com as leis internacionais, no entanto, reitera que casualidades civis ocorrem em qualquer guerra. Em diversas falas, Bashar al-Assad diz que todos estão sujeitos a erros, no entanto, Assad rejeitou categoricamente a sugestão de que ele tivesse sangue nas mãos – ou que era um ditador brutal.

O próprio demonstrou seu descontentamento com a coalizção liderada pelos EUA e disse que a coalizção não tem sido capaz de impedir a propagação de militantes do Estado Islâmico. Ainda acrescentou que os Estados Unidos da America não parece interessado em acabar com o terrorismo na Síria.

O posicionamento oficial acerca dos refugiados é de que existem duas razões para o acontecimento: o terrorismo, que não somente ameaça a população mas também os privam de seus meios básicos de vida, e o embargo contra a síria promovido pelo ocidente, especialmente os EUA, o que causou mais dificuldades para a vida da população síria, especialmente na área da saúde. Quanto ao fluxo de refugiados no mediterrâneo, o governo sírio diz que não depende unicamente da síria, que, primeiro a Europa deve retirar o embargo contra a síria, porque atinge muito mais o povo do que ao governo sírio, em segundo lugar, a Turquia deve parar de enviar terroristas para a síria. O Governo também

declarou que anseia a volta dos cidadãos sírios que saíram em decorrência da guerra.

Segundo o governo, não houve qualquer tipo de embargo a nenhuma área específica da Síria, e que nunca deixaram de permitir a entrada de ajudas e alimentos, o que houve foram grupos armados que confiscaram e/ou tomaram bens básicos aos milicianos, ou venderam a preços muito elevados. Bashar al-Assad disse que, enquanto governo, nunca impediu a chegada de ajuda a qualquer área, inclusive as áreas dominadas pelo estado islâmico, sendo as acusações ocidentais tentativas de minar a confiança no governo Assad.

Além de tudo isso, Damasco, deu uma declaração na ONU na qual disse que alguns países afirmaram a soberania síria, mas violaram-na no terreno, apoiando grupos terroristas, enviando aviões militares para bombardear instalações petrolíferas e impondo sanções unilaterais ao povo sírio. Disso que para solucionar a guerra deve haver cooperação com o Governo sírio em todos os aspectos do caminho político, cujo sucesso exige um compromisso internacional. Prosseguiu dizendo que o sucesso de qualquer processo político se baseia na luta colectiva contra o terrorismo e agradeceu à Federação Russa por ter apresentado uma resolução que ia além de resoluções anteriores. Além disso, disse como a Síria co-patrocinou a resolução 2253 (2015) na esperança de que fosse um “ponto de virada” para corrigir a lacuna existente entre palavras e ações, disse ele, acrescentando que o seu país não queria alianças vazias lideradas por apoiantes do terrorismo. A paz exigia lidar imediatamente com a ameaça terrorista.

9.2. Estados Unidos da América:

Os Estados Unidos da América estabeleceram relações diplomáticas com a República Árabe Síria em 1944, logo após obter independência efetiva do mandato francês, que controlava o território hoje pertencente à Síria. Entretanto, desde 1967, em decorrência da guerra dos seis dias, a

relação entre os dois países tem sido tempestuosa, com os Estados Unidos tendo adicionado o país a lista de países financiadores do terrorismo em 1979, em decorrência da ocupação síria de parte do Líbano, apoio a grupos considerados terroristas, pelo desenvolvimento de armas de destruição em massa e pela posse de armamento químico. Em 2011, sob a luz da forte repressão do governo Assad às manifestações democráticas, Washington decidiu romper relações diplomáticas com a Síria.

No que se refere ao governo sírio, os EUA não reconhecem a legitimidade de Bashar al-Assad para governar o país, defendendo de forma incisiva que ele se afaste do poder. A administração Obama admite a possibilidade de Assad apenas se afastar durante o processo de transição política, no entanto, considera inegociável que ele se afaste para que as relações diplomáticas e econômicas com o país se normalizem. Nesse sentido, desde o final de 2012, o governo americano reconhece a Coalizão Nacional Síria enquanto legítima representante das vontades do povo sírio, por acreditar que abarcam a pluralidade da oposição, oferecendo apoio político, e por vezes econômico, para o grupo.

Quanto a questões militares, os Estados Unidos da América realiza, desde 2014, com certa regularidade ataques aéreos contra alvos terroristas, em especial o ISIS, sendo esses ataques fortemente criticados pela Rússia e Síria, por supostamente violar a soberania síria, Washington nega tais afirmações e defende que, por serem ataques contra grupos unanimemente considerados terroristas e que representam uma ameaça internacional, tais ataques são legítimos. Ainda em questões bélicas, os EUA fornece auxílio monetário, logístico e armamentício, a exemplo das 50 toneladas de munição enviadas no final de 2015, para grupos rebeldes moderados sírios, em especial as forças democráticas sírias, para que eles possam combater o Estado Islâmico. Ademais, foram enviados 300 soldados das forças especiais americanas para auxiliar estratégica e tecnicamente as forças rebeldes e cerca de 60 soldados rebeldes foram treinados pelos americanos no Catar, buscando uma maior autonomia e

eficiência dos grupos. Por fim, em abril de 2016, os Estados Unidos da América passaram a controlar o aeroporto de Rimelan, no norte da Síria, perto da fronteira com o Iraque, anteriormente controlado por grupos rebeldes. Tal ação foi repudiada pelo governo sírio, que chamou ao ato de agressão à soberania síria.

No plano político internacional, em conjunto com a União Europeia e outros aliados, Washington vem pressionando para um “cerco” contra o governo Assad no intuito de pressioná-lo a cooperar com as negociações de paz e tentativas de cessar-fogo, valendo-se de sanções contra membros e instituições governamentais, além de restrição de comércio com a Síria. Nesse âmbito, apesar do habitual antagonismo à posição russa, os americanos conseguiram realizar diversos acordos com a Rússia quanto à Síria, a exemplo do acordo em 2013 para eliminação das armas químicas e do cessar-fogo em fevereiro de 2016. No entanto, a discordância dos dois países quanto aspectos fundamentais das tratativas de paz e cessar-fogo impediram e impedem soluções mais duradouras, a exemplo das resoluções vetadas no CSNU por ambos. Ademais, os Estados Unidos acreditam que uma solução política, não militar, lastreada na resolução 2254 aprovada pelo Conselho de Segurança, é o único caminho para uma estabilidade duradoura. Nesse viés, é forte apoiador das negociações que ocorreram em Genebra, como a de março de 2016, acreditando que um diálogo entre oposição e governo é a única forma de realizar a transição política de forma minimamente harmoniosa.

Quanto à utilização de armas químicas, os Estados Unidos da América repudia de forma veemente o uso desse tipo de armamento, que é internacionalmente proibido. Nessa perspectiva, trabalhou com a Rússia de forma exitosa para que a Síria aderisse à Convenção para Proibição e Destruição de Armas Químicas em 2013, após um chocante ataque com gás sarin em Ghouta, nos arredores de Damasco, que os EUA acusam o exército sírio, mas que Assad nega. No entanto, mesmo após aparentemente todo arsenal sírio ter sido destruído, Washington acusa o governo Assad de ainda realizar ataques valendo-se desse tipo de arma,

amparado em relatórios de grupos defensores dos direitos humanos. Dado esse cenário, defende persistentemente que as autoridades da Síria permitam acesso irrestrito aos técnicos e especialistas da OPCW para que possam averiguar de forma adequada a real situação quanto às potenciais armas químicas sírias, uma vez que os especialistas relataram limitações na inspeção.

No que se refere à ajuda humanitária, os Estados Unidos já forneceram o equivalente a 5,1 bilhões de dólares em alimentos, medicamentos, água e abrigos emergenciais, sendo o maior contribuinte individual em ajuda humanitária. Além disso, recebeu dezenas de milhares de refugiados sírios, além de fornecer apoio a países como Jordânia, Líbano e Turquia, que recebem grande quantidade de refugiados. Nessa esfera, a administração Obama solicita que medidas para garantir a adequada entrega da ajuda humanitária à população, uma vez que relatos críveis de restrições do governo sírio a logística dos insumos, desvio dos itens para o mercado negro, roubo por terroristas e difícil acesso a áreas do país fragilizam a já sofrida situação da população civil. Com isso posto, os EUA defendem a criação e manutenção de corredores humanitários, maior autonomia dos agentes da ONU e garantia do fluxo ideal de ajuda humanitária transfronteiriça, alvo de críticas e impedimentos por parte do governo sírio.

9.3. República Democrática e Popular da Argélia:

Inicialmente, diante da "Primavera Árabe", o posicionamento da Argélia se destaca em pelo menos três pontos. Primeiro, um desejo reiterado de permanecer estritamente neutro em relação aos movimentos de revolta. Em segundo lugar, repetidas declarações sobre a não ingerência nos assuntos internos dos Estados soberanos. Por fim, um discurso centrado nos riscos de escalada da violência, ligados a mudanças políticas desorganizadas

Nesse sentido, desde o início da guerra da Síria o posicionamento argelino é constante. A Argélia se opõe a qualquer tentativa de ação que não vá de encontro à soberania síria. Além disso, a Argélia sempre se posicionou contra intervenções indesejadas em territórios soberanos, mesmo que de caráter humanitário, ainda que existam denúncias de graves violações de direitos humanos ligados a essa localidade. Para os argelinos, a soberania Estatal continua a ser a base da ordem e estabilidade a cada país inserido geopoliticamente. Em contrapartida, a política externa argelina muitas vezes entra em confronto com a “responsabilidade de proteger”- norma internacional que determina a subordinação dos Estados-Membros a agir conforme as leis internacionais de direitos humanos e a realidade enfrentada pelas populações em risco de genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. A política de não interferência limitou as opções estratégicas da Argélia para lidar com as tensões na sua vizinhança imediata.

Em suma, o país opta por demonstrar uma certa neutralidade ao persistir em sua política externa típica, porém, diante de tantas denúncias de direitos humanos, o posicionamento da Argélia quanto às violações cometidas pelo governo Assad continua imutável, conseqüentemente, a Argélia foi extremamente criticada por organizações de direitos humanos, como, por exemplo, the Syrian Network for Human Rights e a Euro-Mediterranean Human Rights Monitor.

Por outro lado, o embaixador argelino em Damasco, Saleh Boushah, em entrevista para o jornal SANA (syrian arab news agency), declarou o apoio argelino para com a unidade da Síria e postou solidariedade com o povo sírio. Disse também que crê que o objetivo do que acontece na Síria é para enfraquecer e desacreditar o posicionamento pan-árabe sírio. Também salienta o desejo da Argélia de cooperar com a síria no combate ao terrorismo, além de apelar para a comunidade internacional maior cooperação ao combate ao terrorismo devido à insuficiência dos esforços até agora.

9.4. Reino do Bahrein:

Em 2011, Bahrein e outros países do Conselho de Cooperação do Golfo (CCG) retiraram seus embaixadores da Síria e votaram a favor de suspender a Síria da liga árabe. Todavia, ao que tudo indica, Bahrein não forneceu, financiou, nem armou qualquer tipo de grupo rebelde atuante na Síria.

Em 2013, o ministro das Relações Exteriores do Bahrein pediu pela retirada dos combatentes do Hezbollah apoiados por Teerã da Síria como uma tentativa para tentar aliviar a guerra civil no país. Nesse mesmo ano, Bahrein criticou fortemente a intervenção do Hezbollah em nome do regime do Presidente da Síria, Bashar Assad, que é o principal aliado regional do Irã. “A situação é crítica na Síria e esperamos que o Irã tome medidas sérias para retirar as tropas estrangeiras da Síria, especificamente o Hezbollah e outras milícias”, disse o sheik Khalid aos jornalistas na reunião na capital do país do Golfo, Manama. Em 2014, Bahrein se juntou a coalizão liderada pelos EUA contra o Estado Islâmico e realizou ataques contra combatentes do grupo na síria.

Em entrevista em 2012, o rei de Bahrein, Hamad bin Isa al Khalifa, disse que cabe ao povo sírio decidir se Bashar al-Assad deveria renunciar ou não. Assim, nos últimos dois anos do conflito, a atuação do Reino de Bahrein foi principalmente diplomática e na questão humanitária, assim, tenta por uma resolução política.

9.5. Estado do Catar:

Em 2011, depois de um ataque de manifestantes sírios na embaixada do Catar em Damasco, o Qatar retirou sua embaixada sem justificativa ou data de retorno. Apesar disso, em 2013 a oposição ao governo sírio abriu sua primeira embaixada no Catar, nomeando Nizar Haraki como embaixador, enquanto a embaixada síria original permanecia fechada.

Nesse sentido, em abril de 2013, o emir Hamad bin Khalifa Al Thani se reuniu com o então presidente dos EUA, Barack Obama, na Casa

Branca, na qual após a reunião o presidente americano declarou que os dois países continuarão a fornecer mais apoio à oposição síria. Além do supracitado, oficiais do governo sírio criticaram fortemente a cobertura do Al Jazeera, jornal com sede em Doha e parcialmente financiado pelo governo do Catar, acerca da cobertura do jornal quanto às revoltas contra Bashar al-Assad. Damasco considera a cobertura do jornal sensacionalista.

Quanto ao apoio aos rebeldes, o “Financial Times” declarou que o Qatar gastou cerca de 3 bilhões de dólares em apoio aos revolucionários nos primeiros dois anos da guerra. Também foi dito pelo Stockholm International Peace Research Institute em 2013 que, até então, o Catar foi o país que mais enviou armas para a Síria. Dessa forma, o Estado do Catar se firma como um dos grandes apoiadores da rebelião contra o governo sírio a fim de promover a deposição do presidente Bashar al-Assad. Além disso, na liga árabe, o Estado do Catar demonstrou apoio ao envio de tropas árabes no conflito a fim de acabar com o “banho de sangue”.

Apesar disso tudo, também existem acusações gravíssimas de que o Catar financiou o grupo Jabhat Fateh al-Sham, mais conhecido como a Frente Al-Nusra, atuante na Síria desde 2013, sendo esse grupo ramificação da Al-Qaeda e considerado terrorista por muitos países, inclusive aliados do Catar. O suposto apoio incluiu a coordenação entre os comandantes da Al-Nusra e altos funcionários militares do Catar, assistência financeira e ajuda na criação de uma nova coligação de oposição na qual Al-Nusra estava envolvida. Além disso, o Qatar também é acusado de tolerar a presença de financiadores “privados” do terrorismo no país. Assim, por exemplo, o parlamento do Reino Unido informou que em 2014 havia de oito a 12 figuras-chave no Qatar, das quais arrecadaram milhões de libras para os “jihadistas” na Síria. Apesar das diversas acusações, o Catar afirma categoricamente não apoiar o terrorismo, pelo contrário, afirma que sua luta contra o financiamento do terrorismo não é nada recente. Em 2015, em uma entrevista para o “Le Journal du Dimanche” o embaixador do catar na França disse que o Catar fechou a rede social Madad Ahl Al Sham que era usada por financiadores de

facções militantes na Síria e que também há esforços para combater o grupo ISIS.

Em maio de 2016, o Catar convocou uma reunião de emergência com a Liga Árabe e clamou para a comunidade internacional “assumir responsabilidade” quanto ao fato de que a Síria mantém sua ofensiva em Aleppo. Doha enviou um memorando para a liga árabe buscando a discussão acerca da “perigosa escalada vista em Aleppo, onde civis são submetidos a massacres nas mãos das forças do regime sírio, o que levou à morte e aos ferimentos de centenas”.

9.6. Emirados Árabes Unidos

Os Emirados Árabes Unidos acreditam que é necessário haver um processo político seguido de investimentos substanciais para a reconstrução e uma constituição pós-guerra. Durante o conflito, o país forneceu mais de US\$ 600 milhões, ou 0,15% de seu PIB, como ajuda direta à Síria e mais de US\$ 2 bilhões aos países vizinhos.

O país, enquanto membro da Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ) desde 1993, é contrário à conduta do governo de Bashar al-Assad e condena os “ataques indiscriminados do regime sírio e de suas milícias a setores vitais como hospitais, clínicas e escolas, bem como ao deslocamento forçado de cidadãos, ao desaparecimento forçado, à tortura, à detenção arbitrária e a outros atos violentos”.

Também, cooperam estreitamente com os EUA na guerra contra o terrorismo, fornecendo apoio militar, logístico e de inteligência, totalizando mais de seis missões de coalizão contra o terrorismo, de estabilização e de manutenção da paz ao lado dos americanos, mais do que qualquer outro exército árabe.

9.7. Estados Unidos Mexicanos

Para o país, a única solução viável para o conflito na Síria deve consistir em um acordo político negociado entre as partes envolvidas, sendo que “o povo sírio é o único que determina seu futuro.” Nesse prisma, o México saúda as negociações realizadas pelo Comitê Constitucional Sírio sob os auspícios das Nações Unidas a fim de alcançar uma solução para o conflito.

O país acredita que a interferência da comunidade internacional é necessária para o apaziguamento do cenário de calamidade e apela para a mobilização no envio de ajuda humanitária e para a crise de refugiados. Em fevereiro, o governo mexicano, por meio da Secretaria de Relações Exteriores, anunciou uma contribuição de US\$ 3 milhões para apoiar os sírios mais vulneráveis, como crianças e refugiados, no âmbito da conferência Apoiando a Síria e a Região.

Ainda, se alia ao governo americano na luta contra as organizações terroristas. Em 2011, auxiliou os esforços dos EUA para interromper uma conspiração iraniana para assassinar o embaixador saudita nos Estados Unidos

Ademais, o México condena veementemente o uso desumano de armas químicas contra civis, especialmente crianças, que é considerado um crime contra a humanidade e um crime de guerra.

9.8. Reino da Bélgica:

O Reino da Bélgica reconheceu a República Árabe Síria em 1946, possuindo relações amistosas com o país árabe até 2011, tendo as relações sido severamente afetadas em decorrência da guerra civil iniciada e discordâncias do governo de Bruxelas quanto a medidas e posicionamentos do governo Assad, levando a Bélgica a fechar sua embaixada em Damasco já em 2012.

No que se refere às armas químicas, enquanto signatário da convenção sobre armas químicas desde 1997, Bruxelas possui forte

posicionamento não somente quanto à proibição das armas químicas, mas apoia medidas para evitar impunidade por parte de agentes que utilizem tais armas, defendendo severas punições para quem as utilizar. No plano da Síria, acusa o primeiro-ministro Bashar al-Assad de ter utilizado tais armas contra sua população e exige que o governo sírio forneça livre acesso a agentes da ONU e OPCW para que possam adequadamente aferir a situação existente no país.

Quanto ao terrorismo, tem especial atenção ao estado islâmico, muito em consequência do grande número de belgas que foram cooptados pelo ISIS e do recente atentado terrorista do mesmo grupo em Bruxelas. Nesse sentido, o Reino da Bélgica possui uma política muito firme de enfrentamento, realizando bombardeios em bases terroristas no Iraque e mais recentemente na Síria, por acreditar ser impossível combater os grupos terroristas sem atacar os que estão em território sírio. Apesar de afirmar categoricamente só ter como alvos instalações terroristas, o governo russo alega que caças belgas bombardearam uma vila civil, Bruxelas nega tal afirmação e acusa a Rússia de fabricar provas.

A Bélgica, desde o início da guerra civil, afirma que a solução para a situação enfrentada pela Síria só pode ser solucionada de forma diplomática e política, respeitando a soberania do povo sírio, sem ingerências externas, independente dos agentes internacionais envolvidos. Dado seu longo histórico de multilateralismo e tradição diplomática, o governo belga acredita que a ONU e organizações regionais, como a Liga Árabe, são ferramentas essenciais para a realização desses acordos.

Já em relação à ajuda humanitária, contribuiu com dezenas de milhões de dólares desde 2011, além do envio de alimentos, medicamentos e apoio técnico. Ademais, contribui no resgate e acolhimento de refugiados que fogem do conflito na Síria em busca de melhores condições de vida e defende ações que facilitem a chegada de fato da ajuda humanitária à população necessitada.

9.9. Reino dos Países Baixos

Desde 2011, com o início da guerra civil da Síria, os Países Baixos não possuem relações diplomáticas com o país. Desde 2012, o governo neerlandês apoia publicamente grupos de oposição ao governo de Assad, notoriamente a coalizão de oposição denominada Coalizão Nacional Síria, os chamando de “legítimos representantes do povo sírio”.

No quesito militar do conflito, faz parte da aliança capitaneada pelos EUA no combate ao Estado Islâmico em território sírio, realizando bombardeios com F-16 em postos e bases de operação do grupo terrorista. Também manteve em território turco baterias de defesa antiaérea até 2015, para o caso de um ataque partindo da Síria. Além disso, apoia através do envio monetário e de itens não letais, como veículos, computadores e insumos diversos, grupos rebeldes de oposição sírios, desde que eles sejam moderados, não se envolvendo com extremistas e respeitando os direitos humanos. Por fim, o Reino dos Países Baixos acusa constantemente o governo sírio de infringir o direito internacional humanitário, ao atacar deliberadamente civis e realizar bombardeios de forma indiscriminada.

Ainda no plano bélico, o governo de Amsterdã posiciona-se de forma contundente quanto ao não uso de armas químicas por qualquer integrante participante do conflito. É também explícito em acusar Bashar al-Assad de ter utilizado, e ainda utilizar, armas químicas contra sua população, defendendo um acesso livre dos organismos internacionais a fim de garantir que os estoques de armas químicas presentes na Síria sejam destruídos. Vale notar que o país é casa da sede da OPCW, organização mais referenciada e respeitada quanto à erradicação de armas químicas.

Quanto à posição internacional, os Países Baixos são favoráveis a missões de inspeção e monitoramento da ONU, acreditando serem de fundamental importância para melhor entendimento da situação em território sírio. Enquanto grande aliado dos Estados Unidos, sendo membro da OTAN, acredita que a união internacional para combater

grupos terroristas e pressionar o governo Assad por um acordo de paz é imprescindível para a superação da calamitosa situação vivida pelo povo sírio. E enquanto país que abriga a CIJ, possui largo histórico de firme defesa do direito internacional.

A pauta da calamidade humanitária vivida pela população civil na Síria é de considerável relevância para Amsterdã, reforçando continuamente a necessidade de medidas efetivas para garantir a chegada de ajuda de fato à população, dado os relatos de desvio de insumos por grupos extremistas e dificuldades impostas pelo governo para acesso a ajuda. De 2012 a 2016, o governo neerlandês direcionou mais de 114 milhões de Euros para mitigar a crise na Síria, por meio do envio de alimentos, itens médicos e outros insumos essenciais. Por fim, estabeleceu um fundo de 260 milhões de Euros até 2019 para que Iraque, Jordânia, Líbano e Turquia possam melhor recepcionar os refugiados sírios.

9.10. Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte

O Reino Unido acredita que as suas ações e dos seus parceiros internacionais para aliviar o sofrimento humanitário causado pelo conflito têm sido repetidamente bloqueadas pelo desrespeito do regime de Assad e dos seus aliados - que “não se importam com a vida do povo sírio” - pelas normas internacionais. Enquanto o terceiro maior doador humanitário bilateral para a crise síria, o país considera que a ação militar por parte de seus aliados é necessária e que está de acordo com as bases jurídicas, cumprindo os requisitos da intervenção humanitária.

Além disso, o governo inglês está convencido de que, à luz do direito internacional, o país e a comunidade internacional estão autorizados a tomar medidas, a título excepcional, para aliviar o sofrimento humanitário esmagador.

Para as autoridades inglesas, o Daesh aproveitou-se da instabilidade regional e da agitação política para controlar grandes áreas da Síria e do Iraque e representa uma ameaça para o mundo; por isso, visa à

“destruição desse grupo terrorista e da sua ideologia venenosa, vital para a segurança nacional” ocupando a posição de liderança na Coligação Internacional para o combate desse grupo.

Ainda, o Reino Unido considera o uso de armas químicas como “um crime grave de interesse internacional, uma vez que viola a proibição do uso de armas químicas prevista na legislação internacional e equivale a um crime de guerra e um crime contra a humanidade.”

9.11. República Bolivariana da Venezuela

A Venezuela apoia o governo Assad desde o mandato de Hugo Chávez, que tinha sírio-venezuelanos ocupando cargos de liderança no Ministério das Relações Interiores, Ministério de Transportes e até na Polícia Nacional. Em 2013, mesmo com as sanções internacionais, o país enviou pelo menos três remessas de óleo diesel para o governo da Síria.

Para o atual líder Nicolás Maduro, é preciso estabelecer uma identidade anti-americana, se mostrando contrário à interferência dos Estados Unidos e dos seus aliados na região e se aliando à Rússia.

Ainda, o país considera que a condenação do governo sírio pelo uso de armas químicas é uma grande hipocrisia por parte das potências comandadas pelos americanos, que fecham os olhos para o mesmo cenário em outros países, como Israel.

A república observa, ainda, que há um duplo padrão na luta contra o terrorismo: enquanto grupos como Al-Qaeda servirem aos interesses dos EUA, do Reino Unido e da França na Síria, outro grupo será o alvo, logo, eles mesmos criam e combatem os monstros.

Para os venezuelanos, a Síria é um país altamente resiliente e que a situação de calamidade foi um produto das grandes potências para justificar uma grande mobilização contra a Síria e que, portanto, a ajuda deve ser consensual e respeitando o povo sírio e o governo de Bashar al-Assad.

9.12. República da Índia:

A República da Índia possui estreitas relações com a Síria, dado ligações históricas e culturais entre os dois países, além de ambos terem sofrido significativamente com o período colonial e o imperialismo dos antigos colonizadores. A eclosão da guerra civil da Síria, embora tenha em algum nível impactado a relação entre os dois países, não afetou de maneira fundamental a relação indo-síria, com a Índia mantendo posicionamentos alinhados a Síria, como a simpatia a causa palestina, defeso do retorno das colinas de Golã para controle do governo sírio e não aderindo ao posicionamento da ilegitimidade do governo Assad.

No que se refere à questão militar do conflito, a República da Índia desde o princípio da guerra civil argumenta em favor de uma solução política para o conflito, ressaltando que não vislumbra uma solução bélica para a situação, contribuindo em diversas situações nas tratativas para paz que ocorreram. Entretanto, Nova Delhi expressa certa leniência a atividades militares desde que elas visem o combate a grupos terroristas, como evidenciado pelo não repúdio de bombardeiros russos em 2015, que segundo o Kremlin, tinham por alvos grupos terroristas. Por fim, o governo indiano tem se expressado de forma tímida quanto aos avanços de Assad em relação a Aleppo, resumindo-se a expressar preocupação com a violação de direitos humanos.

Já na esfera internacional, possui forte posicionamento contrário a intervenções estrangeiras em assuntos sírios, sendo ferrenha defensora da soberania nacional síria, uma vez que, dado sua própria experiência com imperialismo e ingerência externa, acredita no enorme potencial danoso de tais intervenções. Tal posicionamento não impede, no entanto, que o governo de Modi apoie medidas da ONU, Cruz Vermelha entre outras organizações internacionais, já que tais entidades, na visão indiana, possuem confiabilidade e idoneidade em suas operações. As operações russas também não são censuradas por Nova Delhi, dado que tais missões foram feitas a convite do governo de Bashar al-Assad, conferindo a elas legitimidade. Necessário ressaltar que apesar da proximidade do regime

Assad e da Federação Russa, de nenhum modo a Índia busca minar suas relações com os Estados Unidos da América e o ocidente, sempre buscando um equilíbrio a fim de não se indispor em definitivo com nenhuma grande potência.

Quanto ao uso de armas químicas, a República da Índia é enfática em sua ojeriza pela utilização de armas químicas, seja por qual agente for, apoiando fortemente a ONU e OPCW (Organização para proibição de armas químicas) e incentivando que o governo sírio contribua com o trabalho da organização. O maior receio do governo indiano se dá pela possível utilização de armas químicas por grupos terroristas, como ocorreu em um passado não muito distante.

Ademais, no campo humanitário a Índia tem contribuído de forma constante, doando medicamentos, materiais médicos e comida, além de contribuições financeiras, como a de 4 milhões de dólares feita em 2014. Para além da ajuda direta, o governo indiano também mantém fortes laços econômicos com a Síria, evidenciado pela linha de crédito de 240 milhões de dólares para a usina elétrica de Tishreen e outra linha de crédito de 25 milhões para renovação da Usina de ferro e aço de Hama.

9.13. República da África do Sul

A República da África do Sul estabeleceu relações diplomáticas com a Síria apenas em 1994, no entanto, os laços entre os dois países se estreitaram com o passar do tempo, sendo a relação entre os dois países, atualmente, sendo harmoniosa, com a realização de diversos acordos bilaterais e apoios políticos.

Quanto a questões militares e políticas, a África do Sul é enfática em defender que o processo de reestruturação do país há de ser por via política, e não militar, defendendo que tais mudanças sejam completamente capitaneadas pelo povo sírio para que não se suprima a soberania da Síria. Nesse sentido, Pretória (sede da presidência) crítica de forma recorrente os bombardeios e ações militares dos Estados Unidos e

aliados em território sírio, por acreditar que tais ações, por mais que teoricamente voltadas ao combate ao terrorismo, afetam profundamente a população civil, conforme relatos e acusações do governo Assad. Além disso, o governo sul-africano enxerga a ameaça terrorista na Síria não só como um perigo regional mas também global, dado o recrutamento de membros em vários países em diferentes continentes, acreditando que o combate ao terrorismo deve ser firme, guiado e/ou chancelado pelo governo sírio, visando a manutenção da soberania.

No quesito internacional, a República da África do Sul, muito influenciada pelas marcas coloniais e imperialistas deixadas em sua história, encara com considerável ressalva intervenções estrangeiras, como financiamento de grupos armados, por acreditar ser maléfico para o povo sírio. Não obstante, tem uma visão positiva, de órgãos internacionais e amplamente reconhecidos como cruz vermelha e médicos sem fronteiras, além da própria ONU e seus órgãos subsidiários. Ainda quanto às influências estrangeiras, considera inaceitável que a eventual saída de Bashar al-Assad se dê por pressões externas, reconhecendo apenas a população síria como legítima detentora do direito de remover Assad do poder.

Já em relação à utilização de armas químicas, o governo da África do Sul repreende veementemente o uso desse tipo de armamento por qualquer parte envolvida no conflito, uma vez que são banidas internacionalmente, e apoia investigações da ONU e OPCW quanto a esses ataques. Diferentemente dos países ocidentais e do governo sírio e russo, a África do Sul não acusa diretamente nenhuma parte envolvida, sempre afirmando que cabe às autoridades competentes averiguar a responsabilidade sobre tais atos.

No âmbito humanitário, acredita que medidas como corredores humanitários e cessar-fogo temporários são fundamentais para a chegada efetiva de ajuda humanitária à população, além da ampla cooperação dos lados do conflito e organizações internacionais. Quanto a medidas concretas tomadas, Pretória firmou diversos acordos bilaterais com

Damasco para fornecimento, por exemplo, de materiais e maquinário para tratamento de água e de esgoto ao setor de transporte, com reconstrução de estruturas para auxiliar na chegada de ajuda e mantimentos aos necessitados.

9.14. República da Turquia

A Turquia forneceu apoio e base para os oponentes políticos do governo do presidente Bashar al-Assad, enquanto treinava e lutava ao lado dos rebeldes contra suas tropas.

Além disso, a república turca expõe que o regime sírio “continuou a usar armas químicas até o momento, e espera que sejam tomadas medidas responsabilizando-o pelas sanções necessárias exigidas por esse crime.”

Os princípios básicos da política do país no conflito têm sido a preservação da integridade territorial e da unidade da Síria, o fim do derramamento de sangue, a conclusão pacífica do processo de transição política que atenderia às demandas legítimas do povo sírio e a garantia da segurança, limpando a região da fronteira de elementos terroristas.

A Turquia também contribuiu com um componente na Operação “Inherent Resolve” e considera a luta contra o Daesh basilar, já que essa é uma ameaça à segurança turca e internacional. Em 24 de agosto de 2016, a Turquia deflagrou a Operação “Euphrates Shield” para manter a segurança da fronteira e confrontar o terrorismo do Daesh. A operação limpou uma área extensa nos primeiros 50 dias e controlou uma área significativa ao chegar à cidade al-Bab, na Síria.

Ainda, a Turquia assumiu uma posição de destaque no âmbito da ajuda humanitária ao promover uma “política de portas abertas” para os refugiados sírios desde 2011 e oferecer assistência médica gratuita, além de proporcionar a retomada de estudos de crianças sírias em escolas por todo o país. A Disaster and Emergency Management Authority (AFAD) coordena os serviços prestados a milhares de pessoas nos centros de abrigo por meio do Sistema de Gerenciamento de Cidades Temporárias

para Desastres (AFKEN), sendo premiada por “Melhores Serviços Públicos” em 2015, concedido pelas Nações Unidas.

9.15. República Federal da Alemanha

A República da Alemanha fechou sua embaixada em Damasco em 2012, e desde então não reconhece a legitimidade de Bashar al-Assad, apesar disso, ainda há uma embaixada Síria em Berlim, servindo para manutenção de contatos ao nível administrativo. O governo reconhece a Coalizão Nacional Síria enquanto legítimo representante das vontades do povo sírio.

Em questões militares, Berlim optou por não realizar envio de armas ou munições para os grupos rebeldes, no entanto, tem fornecido material não letal como coletes a prova de balas e kits de primeiros socorros. Ainda nesse aspecto, participa da coalizão liderada pelos EUA para combate ao Estado Islâmico, fornecendo 6 aeronaves para missões de reconhecimento e uma aeronave Airbus 310 para reabastecimento no ar de outras aeronaves. O governo alemão também enviou cerca de 700 soldados no início de 2016 para auxiliar no enfrentamento ao terrorismo, e enfrentou acusações do governo sírio de haver enviado soldados de unidades especiais, o governo nega essa afirmação. Por fim, a participação direta da Alemanha nessa operação representa uma alteração de paradigma na política alemã após as represálias sofridas por não participar nas operações da OTAN na Líbia em 2011.

Na política internacional, Berlim se alinha com os Estado Unidos nas críticas às ações do governo Assad e na recusa em cooperar de forma mais profunda para reconstrução e investimento no país com o governo da Síria, no entanto, mostra-se menos arisco a ideia de diálogo com Assad do que outras potências do ocidente, como Reino Unido e EUA. Nesse sentido, afirma que o processo de reconstrução só se dará se for por meio político, com participação tanto do governo quanto de forças

oposicionistas, colocando-se como uma potencial parte mediadora dessas negociações. Em conformidade a essa tendência, defende fortemente que a ONU tenha papel considerável no processo de estabilização da Síria, lastreada pela resolução 2254 do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Quanto à utilização de armas químicas, a República Federal da Alemanha posiciona-se profundamente contra a utilização de armas químicas, por qualquer a parte que tenha utilizado esse tipo de armamento. Nessa temática, o país foi alvo de críticas por ter vendido de 2002 a 2006 materiais que poderiam ser utilizados para produção de armas químicas, o governo nega que os materiais tenham sido usados para fins militares, assegurando que sua destinação foi para uso civil.

A crise humanitária que se abate sobre a Síria levou o governo alemão a doar o equivalente a 1,228 bilhão de dólares em ajuda humanitária, como construção de abrigos temporários, insumos médicos para o crescente vermelho e apoio para os países vizinhos à Síria que sofrem consequências do desastre humanitário, como o influxo de refugiados. Ainda quanto aos refugiados, a Alemanha tem sido um dos principais países fora do oriente médio a acolher refugiados sírios, cerca de 800 mil. Quanto a entrega da ajuda humanitária, tem apresentado consternação com relatos de roubos sistêmicos de insumos e restrições por parte do governo ao acesso a esses itens.

9.16. República Francesa

A relação franco-síria data de 1920, quando a França promoveu a colonização do território sírio após a 1ª Guerra Mundial, com a última retirada de tropas sendo em 1946. Com o fim da ocupação francesa, os dois países mantiveram relações estritamente ordinárias até a ascensão dos regimes totalitários no Oriente Médio no final do século XX, os quais culminaram na presente guerra. Dessa forma, a república francesa é contrária ao regime de Bashar al-Assad e luta contra as escaladas

terroristas do grupo *Daesh*, o que a fez integrar a operação internacional *Inherent Resolve* com seu componente: *Operação CHAMMAL*.

Em prol disso, o país convoca os membros da comunidade internacional para contribuírem para o fim da calamidade e busca medidas para promover o retorno à estabilidade do povo sírio por meio de políticas de ajuda humanitária aos refugiados, fomento às negociações entre a Síria e a comunidade internacional e o compromisso em garantir que os autores dos crimes cometidos pelo regime de Bashar al-Assad sejam responsabilizados em tribunal. Ademais, Paris reconhece os grupos rebeldes moderados enquanto legítimos representantes do povo sírio, tendo, inclusive, enviado dinheiro e armas para esses grupos, com intuito de apoiá-los no combate ao *Daesh* e defesa contra ataques governamentais. Por fim, o país repudia o uso de armas químicas em consonância com a Organização para a Proibição de Armas Químicas (OPAQ).

Por fim, para a França, não pode haver estabilidade no território afligido sem que as garantias legítimas dos sírios sejam atendidas e para isso o país está comprometido em cumprir o acordo da Comunidade Internacional em acabar com o conflito, com a adoção do Comunicado de Genebra de 2012 e da resolução 2254 do Conselho de Segurança das Nações Unidas de 2015.

9.17. República Popular do Bangladesh:

A República Popular de Bangladesh possui relações cordiais com a República Árabe da Síria, muito pelo apoio sírio durante a guerra de libertação de Bangladesh e pela luta contra o imperialismo e colonialismo ser cerne da política externa bangladense, sendo esses problemas marcantes na história Síria. No entanto, tal relação amistosa não impede Bangladesh de assumir uma posição neutra, em geral, no conflito.

No contexto bélico, Daca assume uma posição de neutralidade, emitindo opiniões caso a caso, evitando generalizações, exemplo dessa

política foi a crítica do governo à realização de bombardeios americanos em 2013 contra o território sírio, criticando a medida por acreditar que ela trouxe mais danos do que avanços. Em contrapartida, apoia um esforço contra o avanço do terrorismo na Síria e no oriente médio, reforçando a necessidade desse esforço ser mediado pela ONU. Esse ímpeto é acentuado dado que o país sofre com o tráfico de mulheres para o oriente médio por membros de grupos terroristas e além do recrutamento de alguns cidadãos para integrarem o Estado Islâmico.

Referente às armas químicas, demonstra total comprometimento com as investigações e punições para os que fizerem uso desse tipo de armamento, independente dos atores responsáveis.

Considerando o papel fundamental do anti-imperialismo e anti-colonialismo na política externa de Bangladesh, em âmbito político internacional o governo bangladês considera a manutenção da soberania síria e resolução do conflito por meio do diálogo amplo entre as partes fundamentais para que a Síria possa atingir uma estabilidade duradoura. Quanto a alinhamentos, a República Popular do Bangladesh possui certa proximidade com os Estados Unidos da América, entretanto, essa proximidade não impede o país de manter a neutralidade e tomar decisões baseados em seus próprios princípios e interesses.

Apesar de enfrentar dificuldades humanitárias e financeiras internamente, o governo de Daca desde 2011 destinou insumos básicos como alimento e água para Síria, além de enviar médicos e profissionais técnicos para a área logística e de resgate. Ademais, critica continuamente a situação de extravios e venda de ajuda humanitária, cobrando ações mais incisivas para coibir tais práticas.

9.18. República Popular da China:

Ao longo de sua existência, a República Popular da China na maioria das vezes manteve uma postura de neutralidade e de não intervenção em conflitos. Agora, quando se fala da guerra civil síria, o posicionamento do país asiático variou ao longo do tempo. Nesse sentido, a República

Popular da China, inicialmente, se manteve como mediadora dos agentes do conflito. Por exemplo, em setembro de 2013, o ministro chinês de relações exteriores, Wang Yi, se encontrou com o vice-primeiro-ministro da Síria, Walid al-Muallem. Já em dezembro do mesmo ano, o enviado especial chinês para a questão do oriente médio, Wu Sike, se reuniu com o líder do Estado-maior da “Coalizão Nacional” síria, Monzer Akbik. Nesse último encontro, Akbik reconheceu a importância da participação chinesa na resolução da guerra, além de declarar seu desejo por manter contato e comunicação com o lado chinês.

Porém, ao longo do conflito demonstrou apoio ao governo de Bashar al-Assad e posicionou-se contra a interferência arbitrária de agentes externos na soberania síria. Em outubro de 2015, o diplomata chinês deu uma declaração na qual disse que a comunidade internacional não deveria ficar de mãos atadas, mas também não deveria intervir arbitrariamente. Assim, a China se mantém firme em sua posição contrária à intervenção militar externa, além de ser contra as sanções ao governo sírio e defende que tais medidas possuem efeitos extremamente limitados, enquanto a diplomacia e incentivos são muito mais eficientes. Dessa forma, o país asiático também foi contundente na utilização dos vetos em propostas de projeto de resolução rejeitadas no conselho de segurança da ONU e não aceita intervenções militares externas na Síria, reafirmando o princípio da não intervenção. Nesse sentido, em agosto de 2016, a China declarou seu desejo de fortalecer sua cooperação com o governo sírio, seguido da visita de um militar chinês até Damasco para o encontro do ministro de defesa da Síria.

A República Popular da China possui uma clara oposição para com a utilização de armas químicas por quaisquer lados ou agentes. Assim, o país asiático saudou o fato de que o governo sírio aderiu à convenção sobre armas químicas (CWC). Quanto à crise humanitária, em 2014, A China votou a favor da resolução 2139 que propõe o aumento da ajuda humanitária na Síria e condena o aumento do terrorismo provocado por afiliados de Al-Qaeda e outros grupos terroristas.

9.19. Federação Russa:

A Rússia possui fortes relações diplomáticas e militares com a Síria desde 1967 quando, a até então União Soviética, fez o envio de equipamentos à Síria para apoiar o país durante a Guerra dos Seis Dias, tornando-se desde então um aliado histórico do Estado sírio e, posteriormente, um dos principais apoiadores do presidente Bashar al-Assad. A união entre os dois países se fortificou muito ao longo dos anos, chegando ao ponto da Síria permitir a instalação de uma base naval russa, permanente, no litoral sírio, essa que por sua vez veio a ser conhecida como a única instalação militar do governo russo no Mediterrâneo até os dias atuais.

Após quatro anos de conflitos, a Rússia entrou formalmente na guerra da Síria. Até aquele momento o país se mantinha confortável em ajudar seu aliado, indiretamente, com o envio de militares e armamentos de alta sofisticação. Entretanto, foi em 2015 que a Rússia percebeu ameaças fora do habitual quando grupos rebeldes tomaram uma segunda uma capital provincial, tendo sido a primeira tomada no ano anterior, além do pedido do presidente Bashar al-Assad para que o país intervisse no conflito para um suporte contra a oposição e o ISIS (Estado Islâmico). Algumas semanas após o início das intervenções, foi divulgado por autoridades russas que as principais intenções do seu presidente, Vladimir Putin, era assegurar a estabilidade do governo de Bashar al-Assad, recuperar territórios tomados grupos extremistas/terroristas, que o país acredita serem financiadas pelos Estados Unidos da América, combater o terrorismo e reduzir a influência norte-americana na região.

Apesar de apoiar a Síria de maneira bélica, a Rússia, publicamente, defende a não interferência de países estrangeiros na guerra. O país desempenha um papel mediador muito importante no conflito, chegando até mesmo a promover reuniões diplomáticas em Moscou com países como a China e a participar de rodas de conversações com os EUA e a ONU, a fim de trazer soluções para apaziguar a situação. Ela acredita que a questão síria pode ser resolvida diplomaticamente e deixa claro que a

principal ação que os países estrangeiros devem ter é de criar condições para a abertura de um diálogo entre as partes do conflito, respeitando a soberania e integridade territorial da Síria. A Rússia considera a interferência dos EUA algo ilógico e inconsistente, além de acusar o país de proferir promessas vazias, já que segundo a Rússia, os EUA afirma querer estabilizar o conflito, entretanto condiciona suas contribuições contra alguns grupos terroristas. O país chegou a condenar também a presença do exército turco na região de Massul, no Iraque, destacando como algo ilegal e um adicional as escalas das tensões na área. Os russos acreditam que a interferência de outros países no conflito sem o aval da Síria é uma violação de um dos princípios fundamentais do direito internacional – o respeito pela soberania dos Estados.

O governo russo condena veementemente as ações dos grupos terroristas na região e afirma que o principal objetivo desses grupos é acabar com quaisquer esforços de estabilização do conflito e de interromper a superação da crise através de métodos políticos pacíficos, os russos se compromete com a missão de acabar com expansão de grupos terroristas na área. A Rússia insiste que há financiamento de grupos terroristas na região de Aleppo; Em uma reunião do Conselho de Direitos Humanos da ONU, o país se mostrou bastante descontente após alguns países se recusarem a admitir a existência desse financiamento, além de terem se negado a reconhecer a necessidade de separar os jihadistas da oposição moderada e de apoiar os esforços do Secretário Geral da ONU, Staffan de Mistura, para a retirada dos jihadistas e seus aliados. A Rússia afirma que as decisões desses países de serem contra tudo isso mostra que a *“retórica pública sobre a necessidade de combater o terrorismo internacional na Síria não reflete as suas verdadeiras intenções e objetivos”*. Ainda sobre Aleppo, o Estado russo declara-se perplexo ao perceber, o que segundo eles, são tentativas de alguns países de culpar a Rússia pelo que acontece na cidade ao invés de se aterem aos fatos e de se prontificarem em manter um cessar-fogo e organizar o acesso humanitário tal como a Rússia presa em fazer.

No que diz respeito à utilização de armas químicas no conflito, a Rússia se posiciona contra e defende a Síria das acusações de utilizar tais artefatos. A Rússia garante que seu aliado não possui qualquer envolvimento com armas químicas e aponta os grupos terroristas, envolvidos no conflito, por serem responsáveis pelos indícios de utilização das armas. Em 2013, a Rússia e os EUA chegaram a um acordo que previa algumas séries de regras que a Síria devia seguir, entre elas, a Rússia se comprometeu em assegurar que até metade de 2014 o arsenal químico sírio seria destruído ou retirado do país. O país afirma também que boa parte da visão negativa contra a Rússia e a Síria advém da manipulação midiática de jornais ocidentais que têm como intuito descredibilizar o governo sírio e russo.

A Rússia possui um grande histórico de ajuda humanitária no conflito, a exemplo da doação de mais de 37 toneladas contendo barracas, cobertores, alimentos entre outras coisas destinados aos refugiados abrigados na região curda do Iraque. O país afirma que pretende continuar com esse apoio humanitário tanto para os refugiados sírios nos países vizinhos quanto para a população que permanece dentro da Síria.

9.20. Reino da Arábia Saudita:

As relações entre a Arábia Saudita e a Síria sempre foram um tanto conturbadas, tendo diferenças ideológicas, rivalidades regionais e alianças complexas, marcando bem a relação entre os países. O Reino da Arábia Saudita se posiciona fortemente contra o governo Bashar-Al Assad, considerando sua liderança como ilegítima e sempre reitera a necessidade de o retirar do poder, além de ser um dos principais apoiadores dos grupos de oposição a Assad. A objeção do Reino Saudita é tanta a ponto do país já ter declarado a possibilidade de uma intervenção militar para a derrubada do presidente sírio.

A Arabia Saudita é um dos principais apoiadores dos rebeldes sunitas da região. O país apoia belicamente, financeiramente e politicamente alguns grupos sunitas de oposição a Assad chegando ao

ponto de trabalhar com os Estados Unidos em um programa de apoio aos rebeldes considerados moderados por Washington. O príncipe Saud al-Faisal, ministro saudita das Relações Exteriores, chegou a pedir publicamente que os países árabes apoiassem os grupos de oposição sírios. Apesar de apoiar grupos de oposição, o país se declara completamente os grupos terroristas e suas ações na região e não mede esforços para isso, chegando até mesmo a doar cerca de US\$ 100 milhões para o Centro Contraterrorismo da ONU.

No que tange a interferência estrangeira no conflito, a posição saudita é um tanto complexa. Por um lado, a Arábia, aliada dos EUA, apoia a sua intervenção e a de seu aliado na região, entretanto, se mantém receosa em relação à crescente influência do Irã no Oriente Médio, principalmente o aumento da proximidade entre Damasco e Teerã.

O país faz parte da coalizão que condena fortemente o uso de armas químicas e considera a utilização de tais armas uma forte violação da lei internacional e da humanidade e acusa fortemente Bashar al-Assad de utilizar armas químicas durante o conflito. A Arábia Saudita expressa preocupação em relação à situação humanitária em Aleppo e condena os ataques indiscriminados que chegaram a atingir a população.

O Reino Saudita se mantém comprometido no que diz respeito à ajuda humanitária na área, chegando a fornecer cerca de US\$ 700 milhões que consistiam em alimentos, suprimentos médicos, materiais escolares, entre outros. Houve também o estabelecimento de clínicas especializadas sauditas em campos de refugiados. Em 2013, a Arábia Saudita se recusou a ocupar, temporariamente, uma cadeira no Conselho de Segurança da ONU como uma maneira de protesto ao que o país afirma ter sido uma impotência do órgão diante dos conflitos no Oriente Médio, principalmente a questão da Síria.

9.21. República do Líbano:

O Líbano, historicamente, possui uma relação complexa com a Síria. Os dois países tiveram seus laços estreitados principalmente durante o período de ocupação síria no Líbano que durou até 2005, período que também notava-se um maior alinhamento do governo libanês com a liderança de Assad. A partir da retirada das tropas sírias, a relação entre os dois países passou a ficar mais complicada.

O governo o libanês costuma, em diversas ocasiões, se posicionar a favor da soberania e da estabilidade da Síria, zelando pela busca de uma solução pacífica para todo o conflito. Entretanto, no que diz respeito à legitimidade de Bashar al-Assad, o Líbano evita tomar um posicionamento claro reconhecendo ou não.

Em relação aos grupos rebeldes, o Estado libanês se mantém cuidadoso, principalmente por receio de que um apoio possa desestabilizar ainda mais a situação na região, vindo até mesmo a fomentar conflitos dentro do próprio Líbano. Apesar de haver acusações de fornecimento de apoio a grupos libaneses que possuem relações com grupos sírios, o Líbano nunca assumiu tais acusações. O Líbano posiciona-se contra grupos como o Estado Islâmico e luta veementemente contra tais, no entanto, o país tenta manter uma distinção já que possui forte envolvimento com o grupo Hezbollah, este que por sua vez, sob a ótica de muitos países da comunidade ocidental, é terrorista.

No que diz respeito à interferência estrangeira no conflito, o país busca manter a neutralidade e o diálogo entre ambas as partes. O Líbano possui um extenso histórico de envolvimento estrangeiro em seus assuntos internos e busca não se envolver muito nesse quesito como uma maneira de evitar que as consequências disso respinguem dentro do seu próprio país.

O Líbano incentiva a comunidade internacional a estabelecer investigações independentes acerca do uso de armas químicas no conflito, reconhecendo o devastador impacto de tais armas e apoiando

esforços para responsabilizar os responsáveis por tais ataques. O país expressa grande preocupação em relação ao estado de Aleppo e ao estado dos civis que lá residem e cobra o direito ao respeito internacional humanitário.

O Estado Libanês vem enfrentando grandes desafios devido ao alto fluxo de refugiados do conflito sírio no país. Apesar das limitações de recursos e das tensões internas, o governo tem trabalhado em parceria com agências internacionais e organizações não governamentais para fornecer assistência humanitária aos refugiados. No entanto, a sobrecarga causada pelo influxo de refugiados tem colocado uma pressão substancial sobre os serviços públicos e a economia libanesa, o que exacerbou as tensões sociais e políticas dentro do país.

9.22. República Islâmica do Irã:

As relações diplomáticas entre o Irã e a Síria se fortaleceram desde o início da Revolução Iraniana, entretanto a parceria entre os dois países se fortificou ainda mais durante a Guerra Irã-Iraque, quando a Síria aliou-se ao Irã para a derrubada do então presidente do Iraque, Saddam Hussein. A República Islâmica do Irã reconhece a legitimidade de Bashar al-Assad e é, atualmente, um dos principais apoiadores da Síria, prestando apoio político, econômico e militar ao país.

O país é contra os grupos rebeldes de oposição ao seu aliado, Assad. O Irã chegou até mesmo a enviar a Guarda Revolucionária Iraniana para combater esses grupos rebeldes e prestar apoio ao então presidente da Síria, em especial em 2013, pois enxerga esses grupos como uma grande ameaça regional e a soberania síria. Sua visão não é diferente quando se trata dos grupos terroristas na região, sendo bastante ativo nos combates ao Estado Islâmico e a Al-Qaeda, uma vez que vê esses grupos como não só uma ameaça para a área, mas também para o mundo.

O Irã é um dos principais críticos da interferência estrangeira no conflito, principalmente a intervenção de países ocidentais e regionais que se posicionam contra o governo de Assad. O governo iraniano

defende a soberania síria e deixa claro que todo o conflito deve ser resolvido principalmente pelos sírios e sem a influência e interferência externa.

O Estado iraniano condena intensamente os ataques indiscriminados a civis na região de Aleppo. O país enfatiza a importância de zelar pela proteção da população durante o conflito e incentiva ambas as partes a cumprirem com o direito internacional humanitário. Sobre o suposto uso de armas químicas em ataques, o Irã se posiciona contra independente da parte do conflito e defende uma investigação independente baseada em evidências.

Além dos esforços diplomáticos, o Irã participa no fornecimento de assistência humanitária na região, contando com envio de ajuda médica, alimentar e suprimentos básicos.

9.23. República do Iraque:

A República do Iraque reconhece o governo de Bashar al-Assad como legítimo e assume que um colapso do governo causaria também um colapso na segurança da região. Apesar dos países terem passado muito anos com relações diplomáticas rompidas, em 2006 o Iraque e a Síria voltam as negociações e, posteriormente, houve a entrada de voluntários iraquianos na guerra da Síria ao lado do exército sírio e a participação dos dois países em uma aliança multilateral, nomeada como Aliança Rússia-Síria-Irã-Iraque.

O Iraque adota uma postura cuidadosa no que diz respeito aos grupos rebeldes no conflito. Ao mesmo tempo que apoia o direito legítimo de protestos pacíficos contra o governo, o país também mostra-se preocupado no que diz respeito a grupos rebeldes armados, especificamente os que possuem ligações com grupos terroristas. O Estado iraquiano vê grupos como o Estado Islâmico e a Al-Qaeda como ameaças mortais para a região e tem prestado apoio ao combate a esses grupos.

O governo iraquiano é um grande crítico em relação à interferência estrangeira no conflito. O país deixa claro que deve haver um grande respeito à soberania síria e incentiva os países estrangeiros a não intervirem militarmente a fim de não fomentar ainda mais o conflito e gerar uma instabilidade maior na região.

O país expressa grande preocupação no que diz respeito ao estado em que se encontra Aleppo e a outras áreas civis sírias, condenado veementemente todos os ataques que têm por consequência o sofrimento de civis. O Iraque é um dos apoiadores das investigações do uso de armas químicas no conflito, condenando fortemente o uso de tais artifícios independentemente do responsável, defendendo a responsabilização dos culpados de acordo com o direito internacional.

O Iraque vem apoiado fortemente com ajuda humanitária aos civis da região. Ajuda essas que envolvem assistência médica, envio de alimentos, alojamentos para refugiados e coordenação de esforços regionais.

9.24. Estado de Israel:

O Estado de Israel possui, historicamente, uma relação extremamente complicada com a Síria, marcada por fatores geopolíticos que incluem disputas territoriais, interesses de segurança e alianças regionais e com o início dos conflitos no país esses embates acabaram se fortalecendo ainda mais. Israel não reconhece a legitimidade do Governo de Bashar al-Assad e o vê como uma grande ameaça para a Síria e os países da região, "Manter Assad no poder não é do nosso interesse de segurança. Enquanto ele estiver no poder, o Irã e o Hezbollah estarão na Síria" é o que afirma o Ministro da Defesa de Israel, Avigdor Liberman.

Israel expressa sua grande preocupação em relação ao aumento da influência do Irã e do Hezbollah na Síria e sobre o risco de armas avançadas caírem nas mãos de grupos militantes hostis a Israel. O governo sírio acusa o Estado de Israel de realizar ataques aéreos na região

contra instalações iranianas e contra o Hezbollah, entretanto o governo israelita não reconhece tais acusações.

O país entende seu posicionamento no conflito como neutro, entretanto não mede palavras ao apontar as ameaças que a presença iraniana na fronteira pode causar e se mostra bastante focado na proteção do seu próprio país. Mostra-se não interessado em intervir diretamente na guerra, mas disposto a tomar medidas no caso do conflito insistir em atingir Israel, Assad permanecer no poder e as forças iranianas se manterem no local.

Durante o conflito, Israel ofereceu bastante ajuda humanitária, médica, em especial, aos refugiados que conseguiram atravessar a fronteira. Essa assistência médica ocorreu principalmente nas Colinas de Golã, lugar em que Israel implantou uma zona de segurança e onde muitos sírios feridos conseguiram chegar. Os hospitais israelenses na região trataram milhares de sírios feridos, fornecendo cuidados médicos de emergência e, em alguns casos, procedimentos cirúrgicos.

10. Considerações Finais

Após o exposto no referido guia, nós da Mesa Diretora acreditamos que os senhores Delegados tem um ponto inicial robusto para começar seus estudos sobre esse sangrento conflito que assola a República Árabe da Síria. Importante, todavia, frisar que os senhores podem e devem aprofundar seus estudos, tanto sobre os posicionamentos de seus próprios países quanto sobre a temática em si, haja vista a complexidade da situação.

Ademais, acreditamos na capacidade dos senhores para chegar a resoluções criativas e factíveis para a problemática em questão, se atentando sempre a importância de tomar decisões que impactem de forma concreta e positiva a vida da população civil, tendo em vista o elevado caráter humanitário do comitê.

Ainda, vale destacar que é estritamente crucial a fidelidade aos países designados para cada participante e, principalmente, a suas respectivas políticas externas. Nesse contexto, é necessário que o delegado separe sua opinião pessoal da opinião de seu país, visando aprofundar seus argumentos e conhecimentos sobre o Estado que representará.

Por fim, esperamos que todos vocês tenham uma experiência engrandecedora no projeto, podendo aprimorar suas habilidades discursivas e interpessoais, além de se divertirem no processo. Acreditamos no potencial de cada um de vocês, senhores delegados. Uma boa simulação a todos!

Calorosamente,

Cléo Nascimento, Matheus Cunha, Sofia Pato e Thayanne Oliveira

11. Referências

<https://www.britannica.com/topic/Arab-League>

<https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/other-sub-bodies>

<https://www.ohchr.org/en/hr-bodies/hrc/special-procedures>

<https://www.icc-cpi.int/about/the-court>

<https://www.icj-cij.org/history>

Guia de Estudos CSNU 2023

<https://www.icrc.org/en/document/geneva-conventions-1949-additional-protocols>

<https://ihl-databases.icrc.org/en/ihl-treaties/treaties-and-states-parties>

<https://www.cfr.org/article/syrias-civil-war>

<https://www.britannica.com/topic/Baath-Party>

<https://www.cia.gov/readingroom/docs/CIA-RDP80T00634A000400010052-5.pdf>

<https://www.britannica.com/place/Syria/Emergence-and-fracture-of-the-Syrian-Baath>

<https://www.britannica.com/event/Syrian-Civil-War/Uprising-in-Syria-2011>

<https://www.middleeastmonitor.com/20210221-remembering-the-1966-syrian-coup-detat/>

<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-39960461>

<https://www.cia.gov/resources/csi/static/Black-September-Jordan.pdf>

<https://www.cfr.org/blog/remembering-hafez-al-assad>

https://origins.osu.edu/article/alawites-and-fate-syria?language_content_entity=en

<https://biblioteca.unisced.edu.mz/bitstream/123456789/2542/1/274%20-%20ORAFELA%20SENA.pdf>

<https://www.nbcnews.com/storyline/syria-peace-talks/how-syrias-geeky-president-assad-went-doctor-dictator-n453871>

<https://embassies.gov.il/Lisboa/AboutIsrael/history/Pages/HISTORIA-processo-paz.aspx>

<https://lume.ufrgs.br/handle/10183/147453>

https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/invest-export-brasil/exportar/conheca-os-mercados/como_exportar_privado/como-exportar.pdf/siriaportugues.pdf

<https://www.congress.gov/108/plaws/publ175/PLAW-108publ175.pdf>

<https://www.aljazeera.com/news/2011/4/19/syria-to-lift-decades-old-emergency-law>

<https://www.hrw.org/pt/news/2011/12/15/244797>

<https://webarchive.archive.unhcr.org/20230602081552/https://www.refworld.org/docid/4f1555e62.html>

<https://www.theguardian.com/world/2011/apr/16/bashar-al-assad-syria>

<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-13161329>

<https://www.opcw.org/about/mission>

<https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/43387/27333>

https://www.mea.gov.in/Portal/ForeignRelation/Syria_November_2017_new.pdf

<https://eoi.gov.in/eoisearch/MyPrint.php?3078?001/0023>

<https://thediplomat.com/2015/10/heres-what-india-thinks-about-russian-air-strikes-in-syria/>

<https://www.brookings.edu/articles/india-on-syria-the-rising-powers-position-on-a-global-conflict-2/>

<https://www.middleeastmonitor.com/20161010-human-rights-groups-condemn-algerias-stance-on-assad-violations/>

<https://sana.sy/en/?p=60633>

<https://carnegieendowment.org/posts/2013/01/algerian-foreign-policy-in-the-context-of-the-arab-spring?lang=en>

<https://www.cairn.info/revue-maghreb-machrek-2014-3-page-9.htm>

<https://press.un.org/en/2016/ga11871.doc.htm>

<https://www.voanews.com/a/south-africa-jacob-zuma-opposed-to-us-international-military-strikes-on-syria/1739566.html>

<https://dirco.gov.za/bilateral-relations/>

<https://sana.sy/en/?p=77635>

<https://sana.sy/en/?p=59277>

<https://english.alarabiya.net/articles/2011%2F07%2F20%2F158532>

<https://www.aljazeera.com/news/2013/3/28/syria-opposition-opens-embassy-in-qatar>

<https://www.timesofisrael.com/qatar-faces-backlash-among-rebel-groups-in-syria/>

<https://committees.parliament.uk/writtenevidence/87421/pdf/>

<https://www.aljazeera.com/news/2016/5/1/syrias-civil-war-qatar-seeks-end-to-aleppo-onslaught>

<https://mofa.gov.qa/en/qatar/latest-articles/latest-news/details/2015/12/01/h-e-qatar-s-ambassador-to-france-qatar-s-battle-against-financing-terrorism-is-long-standing>

<https://www.timesofisrael.com/bahrain-iran-can-help-ease-syrian-civil-war/>

<https://crsreports.congress.gov/product/pdf/RS/95-1013/152>

https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8C-D3-CF6E4FF96FF9%7D/2016_09_forecast.pdf

<https://documents.un.org/doc/undoc/pro/n12/223/56/pdf/n1222356.pdf?token=S3J1ENoLeRtCXsu9SW&fe=true>

<https://www.hoover.org/sites/default/files/uploads/documents/CLM39MS.pdf>

https://www.fmprc.gov.cn/eng/gjhdq_665435/2675_665437/2888_663776/

https://www.fmprc.gov.cn/eng./wjb_663304/zzjq_663340/xws_665282/xgxw_665284/201312/t20131212_600224.html

https://www.fmprc.gov.cn/eng/wjb_663304/wjbz_663308/2461_663310/201309/t20130928_468448.html#:~:text=The%20Chinese%20government%20has%20provided,in%20and%20outside%20of%20Syria.

<https://epoca.globo.com/tempo/filtro/noticia/2015/09/bashar-al-assad-culpa-europa-pela-crise-dos-refugiados-ela-apoia-o-terrorismo.html>

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/20/internacional/1455973003_241057.html

https://web.archive.org/web/20131214081227/http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=S%2F2013%2F172

<https://www.un.org/sg/en/content/sg/press-encounter/2013-03-21/secretary-generals-press-encounter-syrian-government-request>

<https://exame.com/mundo/esposa-de-assad-diz-ter-recebido-oferta-para-deixar-a-siria-2/>

<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-31311895>

<https://vermelho.org.br/2016/10/06/siria-enfrenta-uma-campanha-de-mentiras-afirma-bashar-al-assad/>

<https://diplomatie.belgium.be/en/policy/policy-areas/peace-and-security/weapons-mass-destruction>

<https://www.nytimes.com/2016/05/14/world/europe/belgiums-anti-isis-airstrikes-expand-from-iraq-into-syria.html>

<https://ras-nsa.ca/why-brave-little-belgium-yet-again-sends-its-f-16s-to-iraq-and-syria/>

<https://www.reuters.com/article/idUSKCN0WY4UP/>

<https://diplomatie.belgium.be/en/policy/world-regions/middle-east-and-north-africa>

<https://www.fflch.usp.br/50927#:~:text=A%20Primavera%20%C3%81rabe%20foi%20uma,de%20desemprego%2C%20corrup%C3%A7%C3%A3o%20e%20pobreza.>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-56919998>

<https://www.pbs.org/wgbh/frontline/article/on-30th-anniversary-of-hama-massacre-syrian-troops-lock-down-city/>

<https://www.reuters.com/article/idUSKCN0V71S5/>

<https://english.defensie.nl/topics/historical-missions/mission-overview/2013/patriot-mission-in-turkey>

<https://www.government.nl/documents/decrees/2016/01/13/policy-framework-arc-fund-annex-1-countries>

<https://www.oecd.org/derec/netherlands/Policy-Review-Dutch-Humanitarian-Assistance-2009-2014.pdf>

<https://www.oecd.org/derec/netherlands/Policy-Review-Dutch-Humanitarian-Assistance-2009-2014.pdf>

<https://www.nrc.no/globalassets/pdf/press/press-statement-28-11-2016.pdf>

<https://www.dw.com/en/germany-identity-crisis-syria/a-56805301>

<https://www.spiegel.de/international/germany/germany-says-it-will-not-provide-arms-to-syrian-rebels-a-905830.html>

<https://www.aljazeera.com/news/2015/9/24/merkel-assad-must-be-included-in-syria-peace-talks>

<https://www.osw.waw.pl/en/publikacje/osw-commentary/2016-01-25/germanys-engagement-resolution-syrian-conflict>

<https://www.bbc.com/news/world-europe-24158185>

<https://mofa.gov.bd/site/page/0498e3d1-9bb7-45f0-988c-cb360e9949e2>

<https://www.fflch.usp.br/50927#:~:text=A%20Primavera%20%C3%81rabe%20foi%20uma,de%20desemprego%2C%20corrup%C3%A7%C3%A3o%20e%20opobrez>

<https://scpr-syria.org/download/forced-dispersion-syrian-human-status-the-demographic-report-2016/?tmstv=1716597886>

<https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/syria/war-in-syria-understanding-france-s-position/>

<https://www.defense.gouv.fr/operations/operations/operation-chammal>

<https://www.diplomatie.gouv.fr/en/country-files/syria/war-in-syria-understanding-france-s-position/>

https://brasil.elpais.com/brasil/2016/09/23/internacional/1474613394_848177.html

<https://www.marilia.unesp.br/Home/Extensao/observatoriodeconflitosinternacionais/a-guerra-civil-siria-final.pdf>

<https://www.gov.uk/government/publications/syria-action-uk-government-legal-position/syria-action-uk-government-legal-position>

<https://www.gov.uk/government/speeches/un-hrc54-uk-statement-on-syria>

<https://www.gov.uk/government/topical-events/daesh/about>

<https://foreignpolicy.com/2013/09/11/the-syria-venezuela-connection/>

https://www.bbc.com/mundo/noticias/2013/08/130830_siria_venezuela_diputado_apoyo_cch

<https://oglobo.globo.com/mundo/em-damasco-chanceler-venezuelano-compara-situacao-do-pais-com-da-siria-23574314>

<https://www.gob.mx/sre/prensa/statement-on-the-situation-in-syria>

<https://www.gob.mx/sre/prensa/mexico-is-extremely-concerned-over-the-probable-chemical-weapons-attack-in-syria>

https://www.gob.mx/cms/uploads/attachment/file/580677/MEXICO_Position_Paper_75_UNGA.pdf

<https://www.state.gov/reports/country-reports-on-terrorism-2019/mexico/>

<https://embamex.sre.gob.mx/reinounido/index.php/en/ver-comunicados/828-mexico-s-contribution-supports-syrian-refugees>

<https://www.uae-embassy.org/discover-uae/foreign-policy>

<https://www.uae-embassy.org/discover-uae/foreign-policy/counterterrorism>

<https://www.mofa.gov.ae/en/MediaHub/News/years/2016/9/20/2092016-UA>
[E](#)

<https://www.mfa.gov.tr/relations-between-turkiye%E2%80%93syria.en.mfa>

<https://www.europarl.europa.eu/EPRS/EPRS-Briefing-642284-Turkeys-military-operation-Syria-FINAL.pdf>

<https://carnegieendowment.org/posts/2017/01/operation-euphrates-shield-aims-and-gains?lang=en¢er=europe>

<https://www.aljazeera.com/opinions/2017/2/3/operation-euphrates-shield-progress-and-scope>

<https://en.afad.gov.tr/turkey-response-to-syria-crisis>

<https://www.aljazeera.com/news/2023/1/4/syria-opposition-uneasy-after-turkish-and-syrian-ministers-meet>

https://www.mfa.gov.tr/no_-204_-27-august-2016_-regarding-the-report-of-opcw-un-joint-investigative-mechanism-on-the-use-of-chemical-weapons-in-syria.en.mfa

<https://www.icarabe.org/sites/default/files/img/2017-04/bouazizi.gif>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-55379502>

<https://www.brasildefato.com.br/2021/02/24/da-euforia-a-realidade-os-descaminhos-da-primavera-arabe-dez-anos-depois>

<https://www.theguardian.com/world/2012/dec/07/france-funding-syrian-rebels>

<https://www.aljazeera.com/news/2016/6/15/report-accuses-un-of-loss-of-impartiality-in-syria>

<https://www.aljazeera.com/news/2016/9/8/syrias-war-aid-agencies-suspend-cooperation-with-un>

<https://slate.com/news-and-politics/2013/09/assads-legitimacy-has-the-administration-flip-flopped-on-recognizing-assad-as-the-ruler-of-syria.html>

<https://www.state.gov/u-s-relations-with-syria/>

<https://www.aljazeera.com/news/2012/12/12/us-recognises-syrian-opposition-coalition>

<https://br.usembassy.gov/myths-facts-refugees-migration-humanitarian-assistance/>



Este material é para uso exclusivo dos participantes inscritos no evento mencionado, sendo vedada a sua reprodução total ou parcial, de forma onerosa ou gratuita, sob pena de prática de violação de direito autoral passível de medidas judiciais cabíveis.